

14 de Setembro 2021

Terça-feira

Semanário - Ano 6

Nº 276

Director-Geral

Evaristo Mulaza



RELATÓRIO DE 2020

Sonangol volta a 'riscar' dívida da Fábrica de Cimento do Kwanza-Sul

CONTAS. No relatório de 2020, a Sonangol voltou a 'riscar' a dívida acima de 700 milhões de dólares que reclamou da Fábrica de Cimento do Kwanza-Sul em 2017. Em Novembro do ano passado, o Igape esclareceu ao Valor Económico que a dívida havia sido devolvida à petrolífera, depois de alguns anos sob tutela do Estado. Pág. 14



FRANCISCO VIANA, EMPRESÁRIO E MEMBRO DO CP DO MPLA

“No MPLA o meu papel é calar. Quando quero abrir a boca, mandam-me calar”



Mário Mujelas © VE

ENTREVISTA. Militante convicto do MPLA, mostra-se crítico de algumas opções, em especial a das privatizações, e não tem dúvidas de que o Governo quer mandar na banca. Empresário defende que o combate à corrupção deveria começar com a declaração de bens e garante que não se está a cumprir com a lei da contratação pública. Apoianta de um pacto de regime entre todos os partidos, sugere uma aposta na produção nacional e tece fortes críticas ao Prodesi. Sente que o MPLA não o ouve e até gostaria que ele estivesse calado. Págs. 4 a 8

NA SAÚDE EM LUANDA

Mais de 75% das obras do PIIM não arrancaram

Pág. 11

OPINIÃO **Gong Tao**, embaixador chinês

Cooperação China-África cheia de energia

Pág. 20



OBRIGAÇÕES DE TESOURO

Plano de endividamento já derrapou em mais de 600 milhões USD

Pág. 10

AS TELEVISÕES, O PRESIDENTE E A UNITA

Quando os principais canais públicos de televisão formalizam um boicote concertado ao maior partido na oposição, não o fazem exclusivamente por soberba. É também uma manifestação de ignorância pura que a todos envergonha.

Primeiro, por razões legais. Os principais operadores públicos de imprensa têm obrigações claras que derivam da Constituição e da Lei. E não há uma única lei que salvaguarde poderes discricionários a esses órgãos, quando se trata de cobertura de conteúdos de interesse público. Nenhuma lei estabelece, por exemplo, que os órgãos públicos podem, excepcionalmente, excluir das suas pautas instituições relevantes, quando os seus jornalistas se sentem supostamente ameaçados.

Segundo, por razões políticas. Apesar de funcionarem sempre sob o comando das ordens superiores, não há absolutamente nada que as TPAs ganham, declarando-se formal e abertamente como departamentos de propaganda do poder. Pelo contrário, acirram apenas animosidades e aprofundam as rupturas na sociedade. Porque, salvo os fanáticos militantes, ninguém separa a decisão das televisões públicas do contexto político de pré-campanha que se mostra virtualmente favorável à liderança da oposição. As contas que se fazem,

neste caso, são de simples aritmética: aproveitar-se de um pretexto para se evitar a exposição dos actos de massas bem-sucedidos da Unita. Mas, como muitos exemplos vêm demonstrando, a decisão das televisões corre o risco de criar o tal efeito boomerang.

Terceiro, por razões técnicas. As televisões públicas não têm como explicar, tecnicamente, a decisão de os seus jornalistas ficarem impedidos de cobrir factos de interesse geral, por terem sido importunados numa manifestação. Não há manual nenhum que as defenda, a menos que tenha sido escrito na Coreia do Norte.

Há ainda uma quarta razão que torna os comunicados das televisões mais problemáticos, já que ridicularizam um gesto do Presidente da República de alegada transparência. O corte das televisões com a Unita é declarado na mesma altura em que João Lourenço devolve ao Parlamento uma lei aprovada pelo MPLA que o próprio Presidente, mais palavra

menos palavra, considera injusta. O argumento de João Lourenço não deixa dúvidas. A Lei eleitoral precisa de “reforçar, nalguns domínios, os instrumentos que garantam uma maior igualdade entre os concorrentes, sã concorrência, lisura e verdade eleitoral, no quadro da permanente concretização do Estado democrático de direito”.

As preocupações do Presidente com a “sã concorrência, a lisura e a verdade eleitoral” não podem ser percebidas dentro de um quadro de desequilíbrios graves ou de exclusão total do maior adversário do MPLA nos órgãos públicos. É lugar-comum afirmar que a transparência exigida nas eleições não começa nem termina na lei eleitoral. A comunicação social, especialmente a pública de grande alcance, é dos factores determinantes da verdade eleitoral. As televisões controladas pelo poder colocaram, portanto, o Presidente da República numa situação constrangedora, dando ‘uma no cravo e outra na ferradura’.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY, Mário Paiva e Pedro Narciso
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola;
222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao;
comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



ADRIANO MENDES DE CARVALHO,
governador do Kwanza-Norte

A sua governação tem sido criticada por alegadamente pouco fazer...

Assumi a província em 2019 e no ano seguinte, veio a pandemia e fomos a província mais afectada depois de Luanda. Portanto, entrei numa conjuntura difícil. É claro que as coisas deviam estar melhor.

E o que tem a dizer quanto ao acentuado desemprego?

Estamos a trabalhar. Com a operacionalidade do Planalto de Camabatela, serão criados vários postos de trabalho, o mesmo vai acontecer com o funcionamento da fábrica de têxteis do Dondo, a Satec, onde já estão garantidos, este ano, 500 dos 1.800 empregos previstos.

A cidade de Ndalatando não tem água potável. Quais são as perspectivas?

A situação vai mudar em breve. Já está instalada uma tubagem de 19 quilómetros a partir do rio Lukula, para a cidade. Vamos meter água no Cazengo, para 200 mil habitantes, contra apenas 30 mil habitantes da antiga tubagem. O município do Ngon-guembo terá estrada. Pela primeira vez, teremos um estádio de futebol e os aviários paralisados voltarão a funcionar. Portanto, lançamos vários projectos e, no dia em que for exonerado, vou mostrar as conquistas.

07
TERÇA-FEIRA

O governador do Banco Nacional, José de Lima Massano, revela que a concessão de crédito registou um crescimento na ordem dos 8,4%, nos últimos 12 meses.

08
QUARTA-FEIRA

O Governo lança o concurso público internacional para a gestão e manutenção do Caminho-de-Ferro de Benguela, denominado Corredor do Lobito, por um prazo de 30 anos, anunciou o ministro dos Transportes, Ricardo d'Abreu.

09
QUINTA-FEIRA

O Presidente da República devolve à Assembleia Nacional a Lei de Alteração à Lei Orgânica sobre as Eleições Gerais para a reapreciação, sem, no entanto, indicar as matérias a serem analisadas.



SEGUNDA-FEIRA

A ministra das Finanças, Vera Daves, afirma que a existência de dinheiro fora do controlo do Estado, decorrente do elevado número de contas bancárias 'fantasmas', tem atrapalhado a execução orçamental.

10
SEXTA-FEIRA

Os partidos na oposição com assento parlamentar manifestam-se disponíveis para que haja "maior consenso" na discussão, tratamento e votação da Lei de alteração à Lei Orgânica sobre as Eleições Gerais, em segunda deliberação no Parlamento.



11
SÁBADO

Em comunicado de imprensa, a Sociedade Mineira de Catoca descarta a presença de metais pesados na água dos rios afectados pelo vazamento de polpa da bacia de rejeitados na Lunda-Sul.



12
DOMINGO

O Banco Nacional de Angola orienta os bancos comerciais a manterem os Terminais de Pagamento Electrónicos com dinheiro, de forma regular, até 95% da sua capacidade instalada.



COTAÇÃO



PETRÓLEO SEGUE ANIMADO...

O petróleo começou a terça-feira a atingir a máxima de seis semanas motivado pelas previsões da International Energy Agency da forte recuperação da demanda. O Brent, referência às exportações angolanas, negociou na tarde de terça-feira a 73,83 dólares, subindo 0,4%. Já o WTI negociou a 70,75 dólares.



BOLSAS NORTE-AMERICANA CAEM...

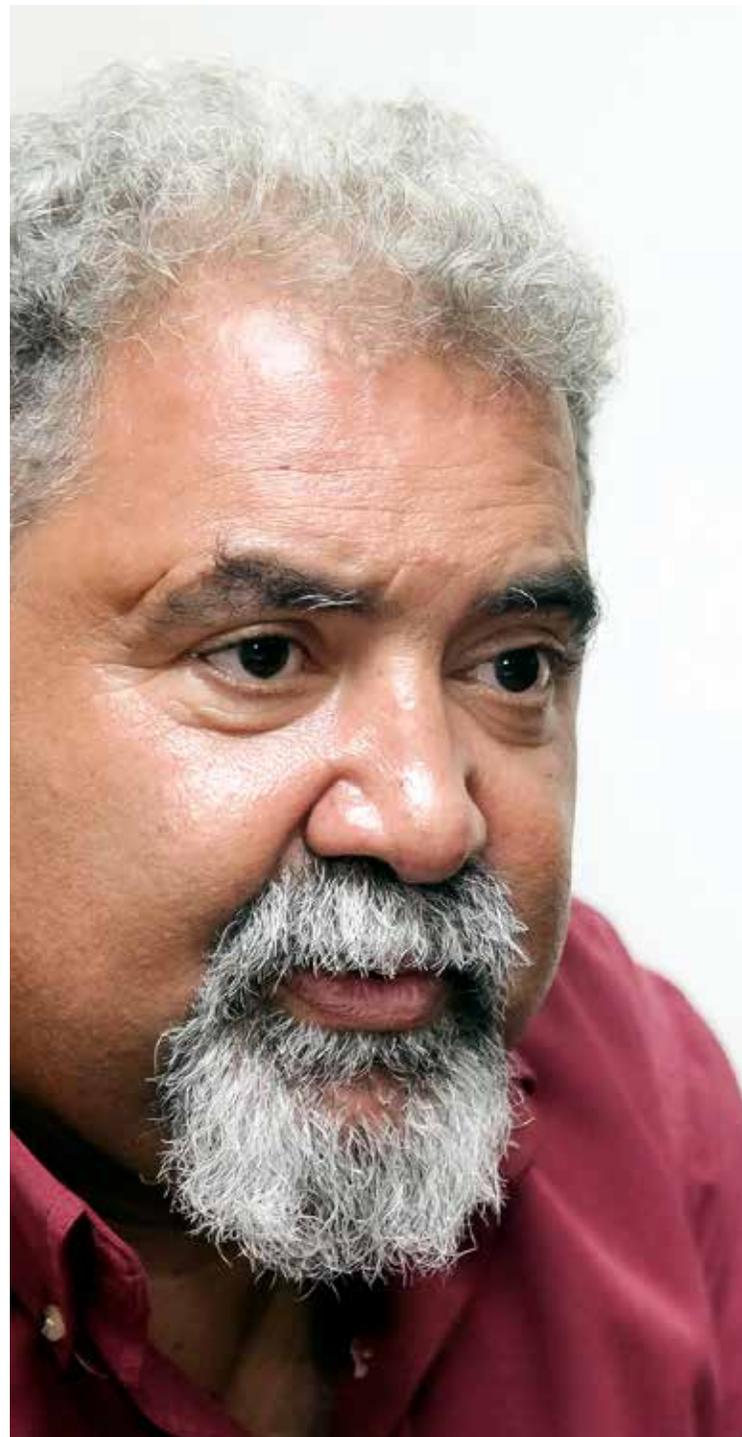
O possível aumento dos impostos corporativos provocou queda nos principais índices da Wall Street. Na tarde de terça-feira o Dow Jones caía 0,64%, a 34.647 pontos, enquanto o S&P 500 perdia 0,36%, a 4.452 pontos, e o Nasdaq recuava 0,26%, a 15.066 pontos.

Entrevista

FRANCISCO VIANA, PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DE ANGOLA

"Não se está a cumprir a lei da contratação pública"

Militante convicto do MPLA, mas crítico de algumas opções do Governo, em especial das privatizações, Francisco Viana é favorável à alternância democrática, porque só entende que ninguém deve ficar eternamente no poder e sente que o partido está esgotado. Apoiantes de um pacto de regime entre todos os partidos, o empresário defende que o combate à corrupção deveria começar com a declaração de bens dos governantes. Sugere uma aposta na produção nacional, a todos os níveis, com forte incidência na agricultura.



Mário Marques © VE

Por Emídio Fernando

Q uase meio século depois, ainda estamos a corrigir o que está mal?

Sim. Quando se começa mal, é um grande

problema. Angola devia ter nascido com uma Assembleia Constituinte, ter todos os irmãos numa mesma assembleia de um mesmo partido político, fazermos eleições democráticas. Depois esses representantes do povo sentarem-se e decidirem aquilo que é um projecto comum para Angola. Mas, infelizmente, tivemos só o vence-

dor a ditar a sua lei nos últimos 45 anos e isso não faz bem ao país.

E quando é que paramos de corrigir?

Temos de iniciar uma nova relação baseada no respeito e, sobretudo, acreditar que todos somos angolanos. Somos necessários para a construção de Angola. Ultimamente, não é o que temos vindo a assistir, por exemplo, com a questão dos marimbondos. Isso só divide Angola, porque os tais marimbondos, que acabaram por nem sequer serem devidamente identificados, são necessários para Angola. Todo o mundo é necessário. Não nos devemos auto-excluir até ficarmos sozinhos. O que está mal é não aceitarmos as diferenças.

E o que acha que está a acontecer?

Temos de encarar com muita naturalidade a alternância democrática. Não posso pensar que vou governar o país e o mundo durante todo o tempo. Mesmo se tivermos numa sala a ver televisão, durante 45 anos, não deve ser a mesma pessoa a pegar no comando e a dizer qual é o programa. Os outros irmãos também têm o direito de mudar a programação.

O senhor, como militante do MPLA, faz também parte deste grupo...

Sim, sou militante. Mas, no MPLA, o meu papel é calar. Quando quero abrir a boca, mandam-me calar.

Assim, literalmente?

Tem acontecido muitas vezes até que decidi parar de participar nas reuniões. Faço parte do comité provincial, dei várias ideias. Não estão a fazer utilidade das minhas ideias. Tenho o MPLA no coração e vou morrer MPLA. Mas o MPLA não tem razão em tudo e há coisas que temos de corrigir. Entrei para o comité provincial na esperança de, como empresário, ajudar na questão do empresariado. Fizemos um aviso de que o país ia mal economicamente, escrevemos várias cartas ao Presidente da República.

É um militante zangado?

Não. Sou um militante triste. Gostaria de ver o nosso partido muito mais além do que é hoje. Não há

dúvida nenhuma de que o MPLA é uma grande força, mas o problema é que está a autodestruir-se. E não aproveita bem os seus militantes. Sou do MPLA. Talvez seja o único militante do MPLA que esteve três vezes na Jamba. Estive em três ocasiões diferentes. Tive o prazer de conhecer muitos militantes da UNITA. E estive em Paris, com o Holden Roberto. Portanto, no fundo, sou mais um patriota.

Recordo-lhe que o senhor é militante de um partido que tem como 'coluna vertebral' o centralismo democrático. Logo, as decisões da maioria sobrepõem-se...

Todos os partidos no mundo são assim. Até o Trump também é assim. O problema é que não devo

“O Governo é que manda na banca. Aquilo nem no tempo da Roménia poderia acontecer. Faz o Prodesi, mas não trabalha com os empresários.”

partidarizar as questões de Angola, porque o mal de Angola não está essencialmente nos partidos. Está na nossa mente. Não é só o MPLA que quer a exclusão, os outros partidos, nos momentos mais difíceis, se auto-excluíram. Mesmo na luta da libertação, não nos conseguimos unir. Está na hora de pensarmos mais em Angola do que nos interesses partidários e de revermos a nossa Constituição. Nem sequer podemos votar no próprio chefe de Estado. Andamos para trás. Por isso é que agora já não voto. Não voto, porque isto já não é uma democracia, mas sim uma partidocracia. Votamos nos partidos e estes instalam presidentes, quando deveria haver independentes a candidatarem-se. Temos uma Constituição que tem dificuldade em controlar o executivo. Estamos num estado de direito que não está plenamente de direito, porque ainda temos uma grande partidarização das instituições democráticas. Quando é que vamos dar o salto para uma democracia de qualidade? Porque é que temos medo da alternância? Por exemplo, em Cabo Verde, o PAIGC foi governo durante muito tempo, mas depois perdeu as eleições. Mas não é por isso que o PAIGC morreu.

É entendível que um militante do MPLA faça essa pergunta como se estivesse a defender a alternância? Defendo mesmo. Quando um determinado partido esgota as suas soluções.

É o que acontece com o MPLA? Estamos sempre a ir buscar os mesmos nomes. Deveríamos ter mais um bocadinho de imaginação, sermos mais inclusivos. Não podem ficar no partido pessoas eternas. Mas isso no partido e na UNITA. A UNITA deu um grande exemplo de democracia interna. Foram cinco a candidatar-se e ganhou o Adalberto. Devemos pegar nos partidos políticos e dar-lhes essa frescura, essa modernidade de alternância.

Já elogiou a UNITA quatro vezes. Dá para entender que apoiaria a UNITA ou gostaria de a apoiar? Não. Sou amigo pessoal do Adalberto Costa Júnior, acredito que é um homem de grandes qualidades. Também sou sobrinho de Agostinho Neto, o mesmo que prendeu o meu pai. Tenho enorme carinho pelo nosso camarada José Eduardo dos Santos. As pessoas não podem achar estranho gostarmos de angolanos de partidos políticos diferentes.

José Eduardo dos Santos foi um grande estadista e ficará na história como grande estadista, quer queiram, quer não. Faz falta. É bom que ele venha a Angola para unir os angolanos.

E tem o mesmo carinho por João Lourenço?

Fui a pessoa dentro do MPLA, uma das primeiras, a fazer campanha para alternância dentro do partido e fui dos primeiros a apoiar o Presidente João Lourenço. O problema é que acabámos por não conseguir chegar a um diálogo. Fiz campanha e estive presente no grande comício que fez com os empresários. Apresentámos as nossas propostas. Quatro anos depois, não conseguimos falar.

Arrependeu-se?

Não estou arrependido, era necessário. O presidencialismo em excesso é muito mau.

E é o que está a acontecer agora? Já aconteceu no passado.

O seu pai é que falava no presidencialismo em excesso em relação a Agostinho Neto.

E foi preso e torturado por isso. O meu pai dizia duas coisas. Primeiro, a questão do presidencialismo, segundo, as contas, dinheiros, roubos e a corrupção, que já havia na altura. Também sou filho da minha mãe. Aprendi muito com essa portuguesa que casou com um africano, foi deserdada e, muitas vezes, não davam os papéis que ela merecia no próprio partido porque era filha de um branco, de um colono. Às

Perfil

Empresário e militante convicto

Francisco Viana, natural de Golungo Alto, Kwanza-Norte, é presidente da Associação Empresarial de Luanda e fundador do Fórum dos Empresários de Língua Portuguesa. Já foi catalogado de “patrão dos patrões”, título que agora rejeita. Assumido militante do MPLA, sendo actualmente membro do Comité Provincial de Luanda, considera-se um “militante triste e calado.”

Os tais marimbondos, que acabaram por nem sequer serem devidamente identificados, são necessários para Angola.

vezes, dá-me ideia de que Angola não evoluiu muito. Continuamos com os problemas raciais e tribais.

Sente isso?

Todos os dias. A nossa sociedade não está pacificada. Ainda oiço esses sulanos, esses bailundos, esses bacongós. Ainda vejo o que aconteceu no leste com as Lundas. É terrível. Ainda oiço a falar esses cabindas. Para não falar desses mulatos e brancos. Angola tem de olhar para os seus problemas. É fácil um angolano chegar a Portugal e, passados três anos, já é português. Enquanto ao português, a viver aqui 20 anos, o assunto não é resolvido. Um 'mamadu', que trabalha aqui há 40 anos, não tem documentos. Os filhos não podem ir para a escola. A nossa sociedade não é inclusiva.

Isso é culpa de quem?

Se tomar conta de uma casa e mandar em casa, você é o principal culpado. Temos de saber quem está a fazer as leis, quem está as implementar, quem está a conduzir o barco. Mas, na corrupção, já é algo que se enraizou no nosso pensamento. E não podemos apontar os nossos dirigentes por serem corruptos.

Que tipo de combate à corrupção é que deveria ser feito?

Na educação e no exemplo. Uma vez, propus que, dentro dos partidos, nomeadamente no MPLA, houvesse um gabinete de perseguição à corrupção. Mandar prender todos os corruptos. De maneira que dentro do partido começasse a haver esse hábito.

E qual foi a resposta?

Disseram-me que não estava na

China. Mas a realidade é que, na China, há muita corrupção, mas o Partido Comunista Chinês tem um controlo e o presidente Chi Jin Ping enfrenta a América e toda a gente. Combate-se a corrupção combatendo a pequena corrupção. Isto é, começar a formar pequenos funcionários a não receber um maço de tabaco. E dão-se condições aos trabalhadores.

O que é que se deveria fazer e que não está a ser feito?

Aplicar leis. Quando se entra no poder, faz-se uma declaração de bens, a lei da probidade. Quando se diz que não pode haver governantes que fazem negócios, mas continua a haver, obviamente há quem tenha de se rever.

Tem gostado da forma como o Estado recupera capitais?

É necessário que se faça o repariamento. A França já está a adoptar leis para os dirigentes africanos de modo a que possa recuperar essas fortunas. O problema é que a iniciativa passa ao lado dos países onde são depositados os dinheiros. Já não temos mãos nas nossas próprias riquezas, quando deveríamos ser nós a ter esse tipo de iniciativas.

Incomoda-o ver pessoas serem detidas e presas como tem acontecido?

Não vi ninguém a ser detido, nem preso.

Já tivemos muitos presos...

Temos muito poucos. Deveríamos tentar pôr um bocadinho de ordem. Muita gente vai para a cadeia, fica lá dois ou três dias e depois sai. Temos também informação de algumas situações em que também agentes da justiça vivem de soltar presos. A família chega, junta um dinheiro e pronto. Enquanto a justiça estiver assim não se pode dizer que há presos. Não há presos. Há presos de estimação.

Quem?

Acredito que há presos de estimação. O senhor é inteligente suficiente e faça a sua investigação.

Refere-se a Augusto Tomás?

Não devemos chegar e personalizar nomes. Quem sou eu para saber o que se passou com Augusto Tomás...?



Mário Nujales © VE

Entrevista

Continuação da página 5

Mas como empresário e militante do MPLA, sabe se o incomoda ou não, ou se é correcto ou não.

Não ganhamos nada nessa perseguição. Nem ao Augusto Tomás, nem a nenhum camarada.

Defende uma amnistia?

Defendo um pacto de regime em que todos os partidos políticos se ponham de acordo. Não concordo que se pegue nas coisas dos empresários. Por exemplo, o Kero já era de empresários angolanos. Retiraram-se esses bens para agora negociar em condições desfavoráveis com estrangeiros

Esse pacto está impossibilitado?

Não. É preciso pôr o MPLA e a UNITA de acordo. Temos de pensar no futuro de Angola e não no passado. Temos de fazer uma burguesia nacional. As pessoas foram para a luta de libertação nacional. Imaginemos que fosse o império romano. Fez a guerra e venceu. E o imperador chega e diz, você agora fica cônsul daqui, cônsul dali. Foi assim que as nações fizeram as suas riquezas, dividindo entre famílias.

E não foi o que aconteceu com o MPLA?

Não. Deveria ser dividido, houve um certo kwata-kwata. Devíamos fazer de forma organizada, como o fez a África do Sul. Começou a repartir riquezas pelos membros do ANC e por várias empresas de uma forma clara, à luz do dia.

E não aconteceu aqui?

Aqui houve uma boa intenção do ex-presidente José Eduardo dos Santos, mas depois não foi devidamente controlada e descambou. Ao invés de esperar a sua parte, cada um foi inventar a sua. A UNITA também teria direitos e estavam nos acordos de Bicesse, para também ter sustentabilidade económica. Só porque é da UNITA já não dá fazenda, só porque é da FNLA, já não dá fazenda. Tem de haver um casamento entre membros do MPLA, da UNITA e da FNLA, tem de haver empresas conjuntas. Temos de procurar fazer partilhas e cruzamento de interesses. Tudo isso não pode ser feito por cima dos interesses do angolano comum.

"O que se aprendeu foi traficar influência, roubar o erário público e ter uma mentalidade de ren-



deiro". Reconhece estas palavras?

Somos uma economia rendeira, não temos o hábito de produção. Temos estado a viver do petróleo, mas não ganhámos hábitos de transformar Angola no vasto campo de gente produtiva. Temos uma administração muito grande e muito pesada, não deveríamos ter tantos funcionários públicos. Quando atingimos a libertação política, deveríamos ter formado guerreiros para a independência económica. O angolano está a perder cada vez mais.

Está a perder posição para quem?

Para os estrangeiros mancomunados. Há estrangeiros que vêm para Angola, fazem esforços e vivem dele. Deveríamos fazer de Angola, tipo os EUA, um estado descentralizado que acolhesse milhões de pessoas, mas não prejudicasse a população. Mas não. Preferimos que venham os nossos mancomunados. Aparecem à frente dos negócios, a gente privatiza para eles e depois vamos

buscar as nossas esmolas. Está a acontecer muito. Não estou aqui numa posição de delação, mas sim na intenção de chamar a atenção para o perigo. Angola deveria ter um serviço de inteligência económica.

Os estrangeiros dominam, mas têm por trás alguns angolanos...

Basta assinar e vender posições para 20 ou 100 anos, tanto que o nosso próprio chefe de Estado encontrou situações que teve de corrigir. Deveria haver uma maior aproximação entre o gabinete do Presidente e a classe empresarial. Fizemos uma proposta para que fosse constituído o conselho de concertação económica e empresarial. Iniciámos o diálogo. Na altura, quem esteve a acompanhar foi o ministro de Estado Manuel Júnior e também o da economia, Sérgio Santos. Acontece que, a uma determinada altura, houve um entendimento diverso daquilo que é a concertação e havia pessoas que achavam que era só ouvir.

Um conselho desse tipo não foge ao controlo partidário?

Claro. Tem de ser independente.

A proposta, à partida, muito dificilmente passaria...

Devo partir do pressuposto de que existe um governo legitimamente eleito e temos de trabalhar. Devemos também visitar o Parlamento para trabalhar com os partidos, nomeadamente com as comissões de economia e finanças e da reforma do Estado. Quem governa é com quem devemos trabalhar. Quando fazemos uma proposta ao Governo, não devemos pensar que é do MPLA. Existe uma série de membros do Governo que nem sequer são do comité central.

Qual é a culpa dos empresários?

Se temos uma liderança e um empresário fracos, claro que a culpa é da liderança. Às vezes, estamos a concorrer com os nossos dirigentes. Eles é que ficam com os melhores contratos, com as 'massas', jogam os

foguetes, atiram as canas, fazem as festas. É uma concorrência desleal. Não se está a cumprir a lei da contratação pública. Não é para fazer estes ajustes directos que estamos a ver. Continuam ajustes directos de centenas e dezenas de milhões de dólares. Nós, os empresários, o que é que temos? Temos impostos para pagar e um mercado totalmente descapitalizado. O empresário não tem dinheiro, não tem crédito.

Não acredita no sucesso das privatizações?

Não é que não acredite. Não fizemos a luta de libertação nacional para entregar, de mão beijada, os bens do Estado a estrangeiros.

Os angolanos não têm condições para entrar nessa 'luta'?

A privatização não faz sentido. O angolano não tem dinheiro. Não seria justo continuarmos a permitir a delapidação dos bens do país dessa forma descarada e à luz do dia. Os negreiros ainda anda-

“Isto já não é uma democracia, mas sim uma partidocracia. Votamos nos partidos e estes instalam presidentes, quando deveria haver independentes a candidatarem-se.”

Não fizemos a luta de libertação nacional para entregar, de mão beijada, os bens do Estado a estrangeiros.

Sou um militante triste. Não há dúvida nenhuma que o MPLA é uma grande força, mas o problema é que está a autodestruir-se. E não aproveita bem os seus militantes.



Quando se diz que não pode haver governantes que fazem negócios, mas continua a haver. Obviamente há quem tenha de se rever.

vam muito para vender os escavos, agora nós, com uma caneta, é uma nação inteira vendida aos chineses e a outros. Angola é dos pequenos. Primeiro, temos a agricultura familiar. Somos um país de agricultores. Nas 18 províncias, o que vai funcionar é o agro-negócio. Ao nosso ministro da Agricultura, o engenheiro Assis, puseram-lhe numa posição ingrata, porque ele não tem 'budget'. Deveria ter dez vezes mais daquilo que tem. Deram-lhe o ministério, mas não lhe deram meios. Os nossos heróicos trabalhadores do Estado nem têm bicicletas e motas para ir para o campo. Não têm condições nem ordenados. Não temos veterinários que cheguem. Não temos institutos médios agrários. Poderíamos fomentar o empreendedorismo nas províncias, fazer cooperação com países que já têm sucesso nisso, como é o caso do Brasil. Deveríamos ensinar técnicas mais modernas para que o milho em Angola, não fosse problema.

A grande aposta devia ser ajudar os agricultores?

Não. A grande aposta tem de ser em todos os leques do conhecimento. Tem de ser na xxx???

E como é que se faz?

Por exemplo, chega-se aos antigos combatentes e entregam-se tractores. Isso chega? O antigo combatente já está cansado. Deve-se formar um membro jovem da família. Se se quiser fumar um bagre, ninguém tem condições para o fazer. Não há quem ensine a tirar o lagostim ou a fazer a desova, para fazermos piscicultura. Não há ninguém que consiga meter pequenas máquinas para aproveitarmos o tomate que estraga.

Quem deveria fazer esse investimento?

Na Alemanha, ou na União Europeia, cobram impostos, mas prestam serviços. Só com a pandemia, dos impostos que receberam, criaram condições para os empresários. Criaram sedes e centros de formação.

O que é que está a falhar?

O que está a falhar é que ainda continuam interesses europeus a comprar os nossos traidores. Aqui em África, temos cientistas, inventores. Temos angolanos que já venderam um aplicativo a 25 milhões de dólares. Não fazemos só funge. Quando se entra naqueles matos do Golungo Alto, do Samba Caju, não há nenhum saco para pegar no produto, não há motas para entrar. Ninguém ensina nada, nem ao menos como se vai podar o café. Ninguém ensina como se vai tirar as carraças ao boi. Mas temos bois, somos uma maravilha de oportunidades, dando lugar aos pequenos. As pequenas e microempresas, em qualquer parte do mundo, devem ser apoiadas.

Está de acordo com a lei laboral?

A lei laboral tem laivos de comunismo. Se for a um tribunal de trabalho, praticamente perde, se for empresário. Já é uma prática dos juizes, "coitadinho dos trabalhadores", as famílias também dão dinheiro e depois dividem o saque. Vamos pensar diferente. O trabalhador é feliz se tiver transporte. Ganha 25 mil kwanzas e tem cinco filhos.

E isso é um bom salário?

Claro que não. Mas é o salário do mercado. O Estado deveria ter metro, transporte, clínicas com

condições para o trabalhador. O trabalhador em casa não tem luz, água, chega ao trabalho a cheirar a catanga. Ainda é chamado a atenção, porque está a cheirar a catanga, mas não sabemos de onde é que está a sair. O trabalhador, às vezes quando chove, já não vem trabalhar e leva falta, mas andou a tirar baldes de água de casa. Somos heróicos e o angolano ainda chega sorridente ao trabalho. Precisamos de dar primeiro ao trabalhador formação e condições para o trabalho e com pouco dinheiro. Poderíamos dar o tal um milhão de casas que não sei aonde é que andam. Fez-se a Centralidade do Kilamba e conheço pessoas que são ricas e têm lá três apartamentos para as amantes. Fazem-se casas para os pobres, mas depois continuam a ser os ricos que as usufruem. Temos de amar o nosso povo e os dirigentes de olhar o povo com amor. A lei do trabalho é importante, mas, tem de ser equilibrada.

E esta lei é equilibrada?

O problema é o custo de vida. O trabalhador, há poucos anos, comprava o frango a 300 kwanzas e agora compra-o a dois, quase três mil kwanzas. Antigamente, comprava farinha a três mil kwanzas e agora compra a 21 mil. Em cinco anos, passámos de 100 dólares, que eram 10 mil kwanzas, para os 65 mil kwanzas. O custo de vida aumentou imenso. A miséria é tanta... e ainda dizem que não existe miséria. Não estou a ganhar dinheiro. Tenho restaurantes e não estou a facturar, porque o povo não tem dinheiro. Então, onde está o dinheiro de Angola? É preciso pôr aquela diferença do petróleo, fez-se o orçamento a 40 dólares, mas agora estamos a receber 30 dólares a mais. Esse dinheiro tem de ser transformado e redistribuído para a população. Angola não tem kwanzas e isso é muito grave. Olha-se para o angolano e vê-se que está triste. E não tem nada que ver com a governação.

Quatro ministros da economia em quatro anos. Isso significa instabilidade?

Já tínhamos um programa, o Angola Investe, do ex-Presidente José Eduardo dos Santos, capitaneado pelo ex-ministro Gourgel. É dos melhores projectos que conheço no mundo. O problema é que caiu numa sociedade corrupta. A culpa

não é do Governo, mas sim de uma sociedade que está habituada a ir buscar dinheiro ao banco e a não pagar. Isso originou que o fundo criado pelo ex-chefe de Estado deixasse de funcionar. Não há fundo que resista a tanta corrupção.

Foi um duro golpe o fim do Angola Investe?

Já estávamos a trabalhar para fazer o Angola Investe 2, com a correcção e os melhoramentos. Seria corrigir o que está mal e melhorar o que está bem. Mas decidiram fazer uma coisa, já com o ministro Luís Pinto da Fonseca, que não lembra ao diabo, que foi o Ministério sediar todos os empréstimos. Ficaram a comandar o barco, o BDA. O Governo é que manda na banca. Aquilo nem no tempo da Roménia poderia acontecer. Faz o Prodesi, mas não trabalha com os empresários.

É possível haver uma redução de preços dos produtos da cesta básica?

Claro que é possível. É pôr o angolano a trabalhar bué. Isso faz-se apoiando a produção. Quando o ministro do Comércio falou do matabicho, tinha razão. Temos tantos produtos bons. Não devemos falar da cesta básica, mas sim de segurança alimentar. Se oferecer arroz à população do Sul, que não come arroz, só se vão arranjar problemas. O que devemos fazer é fomentar a produção. O problema aqui é mais fomentar, porque se vai buscar a micha do projecto. Imaginemos que vou fazer dois/três projectos de 50 milhões de dólares. Aconteceu com o Prodesi. Só os grandes é que recebem dinheiro. Os pequenos não estão a ver nada. Mas alguns que estão aí, ligados ao poder, já têm a sua parte. Mas o povo que só bastava mil dólares não recebe. O óleo pode-se fazer aqui em Angola, com jinguba. Se falarmos da cesta básica, estamos a falar do açúcar, tomate, sal e fuba. A fuba vir do Brasil é uma brincadeira. Se apostarmos nos camponeses, eles vão produzir. Agora pensa-se em mandar vir estrangeiros, até há projectos megalómanos de chineses a entrar nos nossos campos.

Temos condições para exportar?

Claro que temos condições.

Entrevista

Continuação da página 7

E há excesso de burocracia na exportação?

Disso não tenho dúvidas. Nos outros países, quando se exporta dá-se um incentivo. Aqui ainda temos de pagar. Pagamos taxas. Na China, os empresários são incentivados e ainda recebem do imposto 17%. Tem noção dos camiões que estão a ir ao Luvo e de lá para o Zaire? Aos montes. Já estamos a exportar.

Não deveríamos ser mais ambiciosos em vez de ficarmos só por aqui, pelos vizinhos?

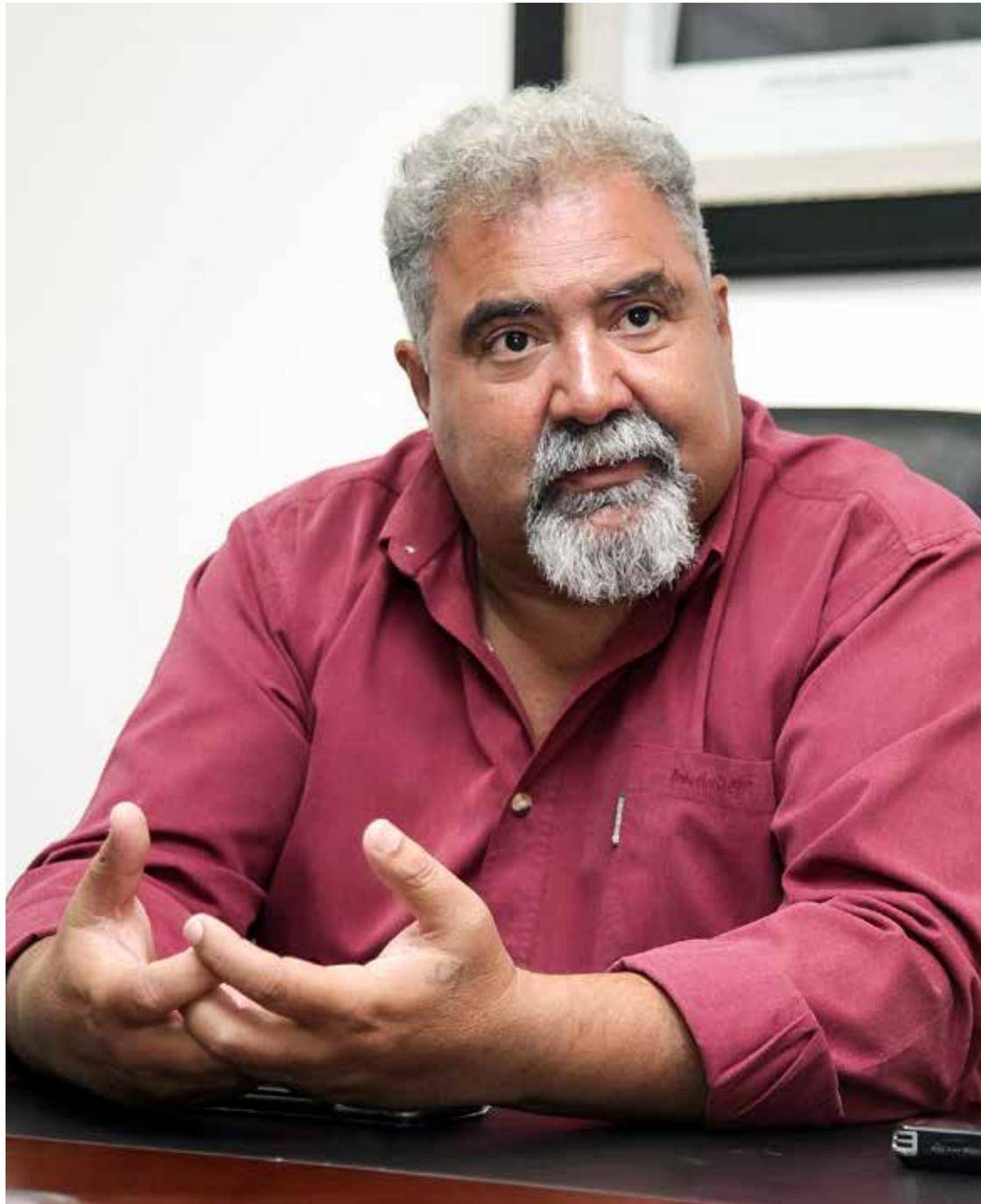
Você nem consegue ter uma mulher, quer ter quantas então? Se estás no Luvo e nem consegue ainda fornecer o Zaire, já quer ir aonde? Temos aqui países à volta mais do que suficientes para um grande início da exportação. As barreiras impostas nos países europeus são muito mais complicadas. África tem muito dinheiro e os nossos produtos têm uma penetração imediata nos países vizinhos.

Em 2015, utilizou a expressão “o El dorado em Angola vai começar”. Falhou?

Não falhou. Quando utilizei essa expressão, o petróleo tinha caído e Angola estava numa crise quase de insolvência. Teve de pedir dinheiro a todo lado e só a China é que deu. Não tínhamos indústria nem agricultura. E de então para cá, multiplicaram-se. Antigamente, não ouvia um angolano a dizer "vou à minha fazenda", agora multiplicam-se grupos de criadores de coelhos, galinhas, vacas e cabras. Produzimos um pouco de tudo cada vez mais. Agora é que o 'el dorado' começou. Mas não aconteceu em dois dias. No mercado do Km 30, pode-se ver que produzimos muita coisa. Há lá quem torre jinguba. E, torram jinguba com motor de carro, porque não estamos a conseguir meter-lhes lá algumas moageiras a sério. Então, inventam e inovam.

É a luta pela sobrevivência?

É o heroico povo angolano. Quando dizem que os africanos não gostam de trabalhar, é mentira. É racismo. O africano gosta de trabalhar, não o deixam trabalhar. Há angolanos que gastam mil kwanzas para chegar ao trabalho e só vão ganhar 800 a 900 kwanzas. Mesmo assim está alegre, ainda não deu nenhuma bofetada ao patrão.



Mário Mujica © VE

O povo angolano é pacífico?

É pacífico até um dia, porque depois tudo cansa.

Não gostaria de ser governante?

Cada um tem a sua vocação e faço aqui uma declaração pública. Nunca me vão encontrar num cargo público.

Não tem essa tentação?

Já estou a ter intervenção política.

Já tem porque é militante do MPLA...

Sim. Sou membro do comité provincial, porque fui eleito e já não me vou candidatar a mais nenhum cargo dentro do MPLA.

Está com medo de não ser eleito?

Não. O MPLA já me conhece como crítico e sinto-me muito bem. E nunca vou ser de um outro partido. Vou morrer no MPLA.

O Kero já era de empresários angolanos. Retirou-se esses bens para agora negociar em condições desfavoráveis com estrangeiros.

E vai votar no MPLA?

Se houver uma separação entre votar para o chefe de Estado e votar para o partido, irei votar. Se for esta a Constituição, em que tudo está embrulhado, Francisco Viana não vai pôr o seu dedo.

Portanto, o seu problema é João Lourenço?

O João Lourenço é grande patriota e um grande Presidente.

Porque faz essa distinção?

Porque não podemos ter poder excessivo em nenhuma situação.

E é o caso dele?

Na Constituição de Angola, o chefe de Estado tem poder a mais. Se amanhã entra o Adalberto, com esse poder, vai ser mau para Angola. Qualquer presidente com esses poderes excessivos não é bom. João Lourenço é um patriota. Gosto dele. Está a tentar fazer o seu melhor. Está rodeado de marimbondos. Continua com muitos marimbondos.

E o marimbondo pica a sério...

Ele disse que aguenta. O problema é que o tempo está a passar. Angola

precisa de acelerar nas mudanças. Não personifiquem os problemas de Angola no João Lourenço ou no Adalberto. Todos os angolanos são poucos. Não acusem um chefe de Estado que está a fazer o possível. (...) Sabemos que temos de acabar com a corrupção e sabemos que Angola tem de ser mais inclusiva. Fizemos uma revisão constitucional à pressa. Dá-me a ideia de que é para matar a visão daqui a uns cinco anos. Poderíamos fazer o seguinte: em 2022, o povo que escolha e depois vamos a uma assembleia constituinte. E vamos elaborar um projecto comum. O pacto de regime é isso. Temos de votar uma nova Constituição, mas amplamente discutida também pela sociedade civil, pelo clero, pelos sindicatos e por todo o mundo. Coisa que também não entendo como é que entramos num governo e vamos dizer que vamos simplificar e acabar com não sei quantos ministérios e, de repente, metemos 10 províncias como projecto, quando não temos estradas nas províncias. Nem temos um governador que consiga governar

É uma contradição?

É, e uma grande contradição. Temo que seja mais uma manobra eleitoral do que qualquer coisa. Como vamos eleger ou nomear o Tribunal Supremo e o Tribunal Constitucional? Se pertence a um partido e depois quer ser nomeado, tem de ficar dois ou três anos fora desse bureau político.

Deveria ser feito com a Laurinda Cardoso?

É minha opinião humilde como cidadão.

Cidadão e não só. Também dirigente do MPLA...

Não sou dirigente do MPLA. Faço parte da direcção. Mas continuo humildemente no meu canto. Num partido nem todos têm de ser dirigentes. Temos de ter humildade de ser militantes de base e considero-me mais militante de base. E estou disponível para a batalha. Por isso, para aqueles que pensam que vou entrar para outro partido, não vou. Vou continuar no meu partido, mas tenho de ter a liberdade de ajudar o meu partido com as minhas ideias.

E respeitar as decisões do partido?

Respeitar também pode ser por protesto. Posso dizer, não concordo, mas vou fazer e vou acatar.

Do sonho à obra feita, um só parceiro à altura



Do betão às máquinas, estamos sempre prontos para pôr mãos à obra



Estrada das Terras Verdes, Km 1 Caop Velha Funda - Cacuaco - Luanda
Escritório: (+244) 928 981 644
comercial@concerraangola.co.ao | www.concerraangola.co.ao

Economia/Política

NOS PRIMEIROS SEIS MESES

Emissão de OT em moeda estrangeira ‘estrangula’ plano de endividamento

DÍVIDA PÚBLICA. Governo projectou, para todo ano, emitir obrigações em moeda estrangeira no valor 617 milhões de dólares, mas fechou o primeiro semestre com 1,28 mil milhões. Investidores de títulos continuam a apostas em maturidades mínimas.

Por César Silveira

Os investidores de título da dívida pública continuam a contrariar o plano de endividamento governamental, investindo maioritariamente em títulos de curto prazo quando o Governo perspectivou o inverso. As ‘Obrigações de Tesouro em Moeda Nacional’ (OT-MN) com maturidade de 1,5 anos que, no plano do Governo, seriam as menos emitidas, com apenas 6% das emissões durante o ano todo, terminaram o primeiro semestre a representar 31,1% das emissões, ocupando o primeiro lugar. Ainda assim, registou-se uma redução da quota das obrigações emitidas com maturidade de 1,5 face ao primeiro trimestre quando representavam cerca de 44% das emissões.

No plano de endividamento do Governo, as OT-MN para três e quatro anos representariam as maiores emissões com 19% das emissões cada uma, enquanto as emissões com maturidade de dois anos, representariam 11%, aparecendo na terceira posição.

Entretanto, no período em análise, as emissões de dois anos aparecem na segunda posição entre as mais emitidas com 21,4%. Seguem-se as de maturidade de três e quatro anos com, respectivamente, 18,2%



Stock OT ME por maturidade/ Mil Milhões Kz	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	7 anos
1 semestre 2021	237,52	231,22	234,21	888,11	1.260,04
1 semestre 2020	88,46	134,05	115,79	399,15	1.130,23

e 14,7%. Já as emissões com maturidade de cinco anos aparecem na quinta posição, representando 14,4%.

No período, o Estado emitiu obrigações no valor de 942,97 mil milhões (equivalentes a USD 1,481 mil milhões), cerca de 47% do previsto para o ano todo (1 988 186 024 768,96). E, em termos reais, as emissões com maturidade de 1,5 anos superaram significativamente o valor previsto para o ano todo. Foram emitidos cerca de 293,65 mil milhões contra os 66,9 mil milhões previstos, representando um aumento de mais de 338%.

Emissão por maturidade - OT MN/ Mil Milhões Kz	
1,5 anos	293,65
2 Anos	202,10
3 Anos	171,91
4 Anos	138,62
5 Anos	136,69

Sequencialmente, em termos homólogos, regista-se uma alteração significativa na estrutura do stock OT em moeda nacional. No primeiro semestre de 2020, por exemplo, as obrigações com matura-

riedade de 1,5 anos não faziam parte da estrutura, surgindo agora com 612,51 mil milhões de kwanzas, ou cerca de 7,3% do stock total, fixado em 8.353,90 mil milhões de kwanzas. Comparativamente ao período homólogo, este stock registou uma redução de cerca de 10%.

EMISSIONES EM MOEDA ESTRANGEIRA ‘FURAM’ PLANO DE ENDIVIDAMENTO EM MAIS 101%

Por outro lado, as emissões de obrigações em moeda estrangeira furaram em mais de 101% o plano governamental. Foram emitidas obrigações no valor de 1,28 mil milhões de dólares (equivalente a 820,48 mil milhões kwanzas), quando o plano de endividamento projectou, para

o ano todo, a emissão de 407,36 mil milhões de kwanzas (617 milhões de dólares).

Com estas emissões, o Stock das ‘Obrigações em Moeda Estrangeira’ registou um aumento de cerca 36,9% face ao período homólogo, passando de 3,22 para 4,41 mil milhões de dólares.

Também se registou um aumento considerável, ou de cerca de 168,5%, das obrigações em moeda estrangeira com a maturidade mínima, no caso dois anos, passando de 88,46 no primeiro semestre de 2020 para 237,52 mil milhões de dólares nos primeiros seis meses de 2021. Ainda assim, nos dois períodos o stock demonstra uma maior concentração nos títulos com maturidade de sete anos emitidos.

NOS BT A APOSTAM É PARA OS DE 3 MESES

Cenário semelhante regista-se com as emissões dos Bilhetes de Tesouro. No período em análise, o Estado emitiu BT no valor de 476,47 mil milhões (equivalentes a cerca de USD 0,59 mil milhões) com os de maturidade de três meses a representarem 41%, registando-se também uma redução, no caso de 11 pontos percentuais face aos 52% que representava no primeiro trimestre. Por outro lado, o total de emissões de BT representa cerca de 82,5% das emissões previstas para todo o ano, cerca de 577,31 mil milhões de kwanzas.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA aprova despesa de 4 mil milhões de kwanzas para estudos, fiscalização, consultoria e bens de equipamentos de processamento de dados e transportes, no quadro do processo de alteração da Divisão Político-Administrativa (DPA).

PROGRAMA 'ENCALHA' TAMBÉM NA SAÚDE

Mais de 75% das obras do PIIM nunca foram mexidas em Luanda

INFRA-ESTRUTURAS. Depois da radiografia, em Agosto, dos projectos de reabilitação de estradas em Luanda, no âmbito do Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), desta vez o Valor Económico visitou os projectos da área da saúde e, à semelhança do verificado nas vias de acesso, os resultados continuam muito aquém das metas.

Por Pedro Nvakata

Dos 26 projectos alocados para o sector da saúde, em Luanda, no âmbito do PIIM, num orçamento acima dos 7,9 mil milhões de kwanzas, até ao momento apenas seis estão com nível de execução física considerável. As demais 20 obras, que correspondem a mais de 76%, nunca foram intervencionadas.

Em Viana, por exemplo, onde estão previstos sete projectos orçamentados com mais de 4,4 mil milhões de kwanzas, apenas uma obra está em andamento, no caso a construção do centro de saúde do Km 30, com a execução perto dos 30%. Quanto aos restantes (centros de saúde dos Zangos 2 e 3, Km 12, Estalagem sector 9b e 12b e o centro de referência do bairro Boa-Fé), não há sinal, sequer, dos espaços em que serão erguidos.

O cenário repete-se no Kilamba Kiaxi. O município viu orçamentados mais de 198 milhões de kwanzas para a construção de três empreitadas na Sapu, Urbaniza-

ção Nova e no Golfê, mas, até ao momento, não há qualquer sinal de obra. Já para o município de Luanda, foram orçamentados 145 milhões de kwanzas para a reabilitação da área pediátrica do centro de saúde 4 de Fevereiro e as obras estão por terminar.

Através do PIIM, o município de Cacucano viu orçamentados mais de mil milhões de kwanzas para três projectos e, para já, a única obra com execução física considerável é a do hospital municipal, ao passo que as outras duas continuam por avançar.

No caso de Talatona, dos três projectos avaliados em mais de 967 milhões de kwanzas, apenas as obras do Centro de saúde de referência, do bairro Honga, estão com níveis de execução física próximos dos 60%. O resto nunca avançou.

No município da Quiçama, foram orçamentados mais de 47 milhões de kwanzas, para a construção e conclusão do posto de saúde na Cacoba. Até ao momento, nada se fez. Em Belas, dos três projectos cabimentados em mais de 472 milhões de kwanzas, dois ainda não entraram em execução, ao passo que as obras do Centro de Saúde do Bitá Tanque continuam paralisadas.



Distribuição orçamental para o sector da saúde da província de Luanda

Município	Total de intervenções	Orçamento
Kilamba Kiaxi	3	198 209 683,23
Viana	7	4 417 785 784,74
Quiçama	1	94 881 326,00
Icolo e Bengo	2	406 134 972,00
Belas	3	472 337 960,82
Talatona	3	967 510 504,02
Cacucano	3	1 252 242 260,92
Cazenga	3	28 156 356,03
Luanda	1	145 000 000,00
Total	26	7 982 258 847,76

Para o Icolo e Bengo, foram previstos mais de 406 milhões de kwanzas para apetrechamento da morgue municipal de Catete e para a construção de um centro de saúde de

referência em Cabari – Banza Quitel. Aqui, apenas o segundo tem as obras a rondarem os 50%. O município do Cazenga, finalmente, tem orçamentados mais de 28 milhões

de kwanzas para estudos de construção de um depósito de medicamentos, um centro de saúde e para a reabilitação da repartição municipal da saúde.

Fonte do Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado (Matre) assegurou ao Valor Económico que muitos projectos não estão ainda em execução física porque estão em procedimento concursal e outros estão na Direção Nacional do Investimento Público (DNIP) à espera do pagamento inicial para entrar. “Alguns projectos, em particular, são da responsabilidade das administrações”, notou a fonte, observando que existe uma “desagregação” de projectos. “Imagine que o administrador quer fazer uma escola, ou um outro projecto que custa 250 milhões e diz que já não quer fazer essa escola e decidi fazer três postos médicos, cada qual irá gastar 50 milhões de kwanzas. Poderá fazê-lo, porque terá dinheiro. Bastará somente incluir estes projectos na carteira e pedir autorização ao titular do poder executivo. Aprovado, entrará automaticamente na carteira”, explica, acrescentando que a carteira do PIIM “não é uma carteira fechada, mas sim aberta”. O que significa que, “a qualquer momento, quem quiser incluir projecto poderá fazê-lo, desde que seja prioritário”.

Dados oficiais indicam que o PIIM evoluiu de 1.740 projectos para 2.184, após a reestruturação do programa, sendo que, dos 1.827 projectos considerados elegíveis, 1.752 estão em execução.

No âmbito global, a execução física corresponde os 52%, enquanto a execução financeira global acumulada está calculada em cerca de 240 mil milhões de kwanzas.

Economia/Política

SIC APONTA VULNERABILIDADE

Rede de burladores usa cartões multicaixas alugados



SEGURANÇA. luguer de cartões multicaixas facilita teia de transferências fraudulentas da rede de burladores. Método tem dificultado rastrear passos de criminosos e recuperar dinheiro dos lesados, de acordo com o Serviço de Investigação Criminal (SIC).

Por Guilherme Francisco

A rede de burladores espalhada pelo país, cuja actuação é verificada principalmente nas redes sociais, tem usado cartões multicaixas alugados no valor de 20 a 30 mil kwanzas a detentores de contas bancárias com pouca ou sem movimentação. Manuel Halaiwa, porta-voz do SIC, explica ao Valor Económico que membros da rede têm como preferência “pessoas desempregadas e sem renda” que dispõem do cartão multicaixa mas encontram-se impossibilitados de usar com regularidade a conta bancária. Os alvos são maioritariamente

residentes em Benguela, Malanje, Cunene e Luanda.

“Entregam com perspectiva que vão receber dinheiro em troca. Em alguns casos uns recebem 20 a 30 mil kwanzas e, noutros casos as pessoas ficam à espera que vão receber os seus cartões com a recompensa em dinheiro, muitas vezes acabam não vendo mais os cartões”, explica, salientando que os detentores dos cartões não sabem que as suas contas “são usadas para fins inconfessos.”

O método usado tem dificultado em certos casos a identificar os responsáveis pelas burlas visto que criam uma “teia de transferências”, ou seja, transferem a várias contas de proprietários de cartões sem que estes saibam. Manuel avança que existem casos em que um único burlador pode ter 30 con-

tas pela qual passa o dinheiro. No entanto, refere que a acção é facilitada pela vulnerabilidade do sistema bancário.

“Os bancos também são surpreendidos quando o SIC está a investigar um caso. Vamos a conta e encontramos descoberta, mas houve movimentações até a conta ficar negativa”, conta.

A complexidade desencadeada pela teia de transferência dificulta os lesados a recuperarem o dinheiro diante dos bancos. “Muitas vezes é difícil restituir às vítimas porque mesmo que o criminoso venha a ser detido fica impossibilitado de devolver o dinheiro, não se consegue chegar a todas as contas de uma única vez”, esclarece o porta-voz do SIC, explicando que, quando averiguado se nota que a conta nem está em nome do burlador ou ainda os

cartões foram destruídos. “Fica difícil saber onde estão os dinheiros, eles fazem uma teia de distribuição de dinheiro, os proprietários também ficam sem saber que as contas estão a movimentar.”

Entretanto, o SIC espera que o Ministério Público responda no “relâmpago da necessidade investigativa” tendo em conta que a colaboração dos bancos no acesso às contas requer mandato. Por outro lado, apela os cidadãos a não cair na prática de aluguer de cartões.

Burladores vão sendo detidos Os principais cabecilhas da acção criminosa têm como base Luanda. O SIC garante que já houve detenção de várias pessoas. A mais recente foi a do arquitecto da rede na Huíla, foi preciso um ano de caça ao homem. Desfalco mais de 60 milhões de kwanzas as vítimas.

MÁRIO PINTO Secretário do MPLA reitera combate à corrupção

O secretário do bureau político do MPLA para os assuntos políticos e eleitorais, Mário Pinto de Andrade, reafirmou, nesta terça-feira, à Rádio Essencial, que o combate à corrupção está na linha da frente das preocupações do partido.

Lembrando que mesmo no tempo de Agostinho Neto já havia manifestações nesse sentido, quando se instituiu o ‘combate ao liberalismo e à desorganização’, reforçado com o lema ‘disciplina, disciplina, disciplina’, Mário Pinto de Andrade apontou que a iniciativa voltaria a ser reforçada, em 1980, com José Eduardo dos Santos no poder, quando se cria o Ministério da Coordenação e Controlo Estatal do qual foi titular o finado general Kundi Paihama.

“Não há nenhuma conferência ou reunião que se realize, onde não haja essa unanimidade de combater o que está mal e corrigir o que está bem”, defendeu o político, adicionando que “esse combate é para continuar mesmo que alguns de nós tenham de cair”, como disse João Lourenço no discurso de campanha que o elegeu. “Não podemos continuar a ser um país em que os cidadãos e as instituições internacionais não acreditam. Não queremos continuar a ter essa vergonha..”, insistiu. Ao ser confrontado com a chegada ao país de JES, foi peremptório: “Se chegou é bem-vindo, porque é cidadão angolano. O país deve-lhe muito por ter garantido a soberania nacional e a paz”.

Taça Cheia

96.1 fm

Rádio Essencial

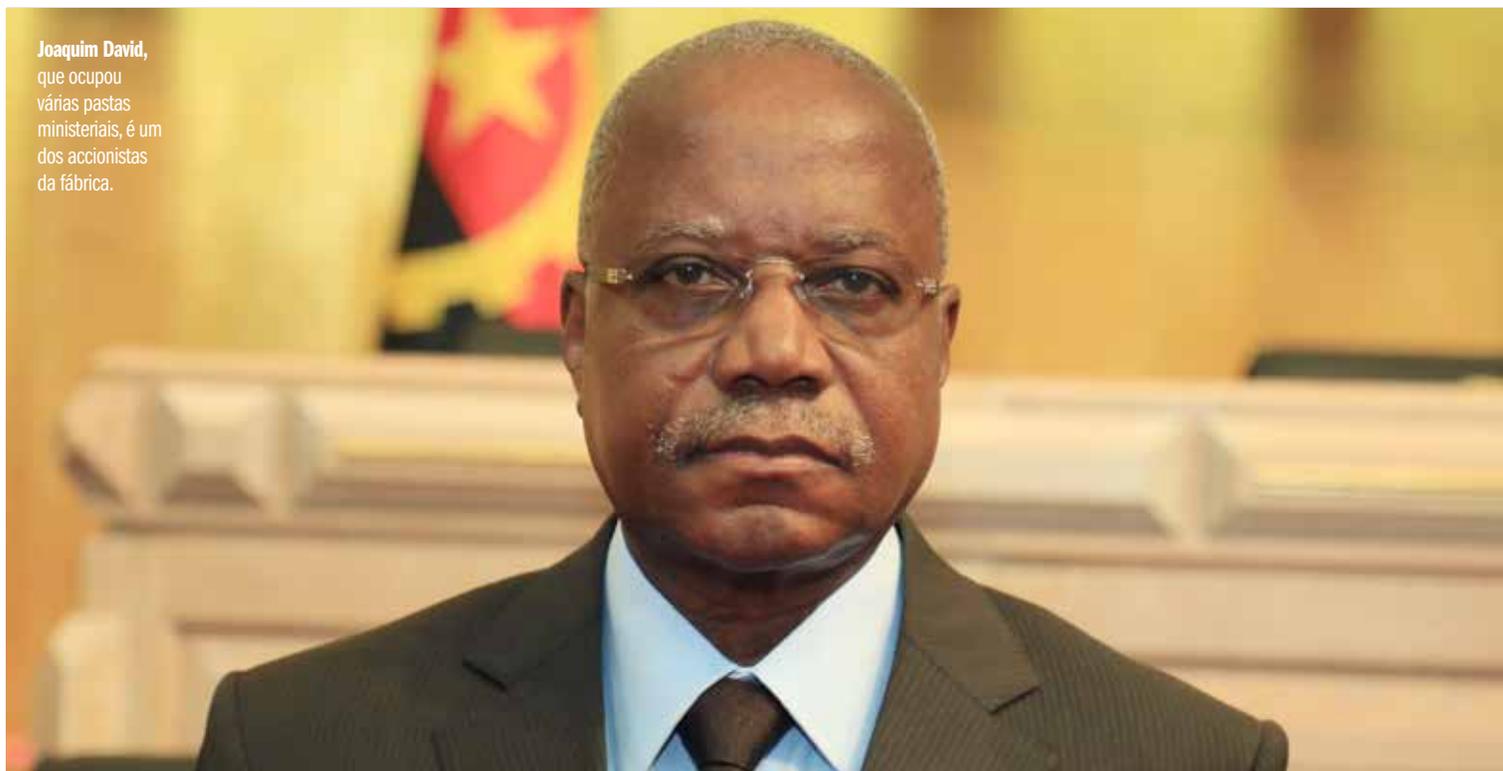
Todos
os sábados,
às 19:00,
com
**Sebastião
Vemba**

Mercados & Negócios

RELATÓRIO DE 2020

Sonangol volta a ‘riscar’ dívida da Fábrica de Cimento do Kwanza-Sul

Joaquim David, que ocupou várias pastas ministeriais, é um dos accionistas da fábrica.



No entanto, o tratamento que o Governo dispensou ao ‘caso FCKS’ contrasta largamente com a forma como agiu em situações semelhantes de outras entidades devedoras. Enquanto os outros tiveram os activos arrestados e/ou foram obrigados a pagar imediatamente, os accionistas da FCKS beneficiaram de um alargamento para o pagamento da dívida. A PGR optou pela celebração de um contrato de regularização da dívida, em que estariam “devidamente salvaguardados” os seus interesses e a manutenção dos postos de trabalho, “tendo em conta o interesse nacional e o facto de a mesma estar em funcionamento pleno”. Entre os accionistas da unidade estão Joaquim David, que ocupou várias pastas ministeriais, e Tambwe Mukaz.

CONTAS. Igape garantiu, em Novembro, que a dívida tinha sido passada para a Sonangol que, no entanto, não faz qualquer referência sobre o tema no seu relatório de 2020. Documento da petrolífera reporta resultado negativo de 3 mil milhões de dólares.

Por César Silveira

Depois de vários meses em falta, a Sonangol disponibilizou, esta semana, o relatório e contas referente ao exercício de 2020 e no documento não consta qualquer linha sobre a Fábrica de Cimento do Kwanza-Sul, construída em 2010 com fundos da petrolífera e que os investidores nunca devolveram.

A ausência da unidade entre as participadas ou devedoras da

petrolífera contraria a resposta que o Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (Igape) deu ao Valor Económico em Novembro de 2020. Na altura, o instituto garantiu que o processo tinha passado para a “Sonangol, uma vez que a dívida será para com a companhia” depois de vários anos sob a tutela do Estado. Antes, em Março do mesmo ano, o Igape respondeu também a este jornal que o processo estava a ser reavaliado.

Em causa, estão 700 milhões de dólares que a petrolífera cedeu aos investidores no âmbito da Lei de Fomento Empresarial, aprovada em 2003, que permitia as empresas públicas com poder financeiro

financiar e/ou participar em projectos empresariais privados.

Depois de durante anos constar dos relatórios e contas da Sonangol, em 2014, deixou de constar entre as devedoras. Na altura, a Sonangol justificou que a mesma tinha sido transferida para o Estado, passando a ser titulada pelo então Instituto Industrial de Angola (Idia) “por decisão do accionista” da FCKS.

Em Novembro de 2017, a petrolífera aproveitou um diferendo com a FCKS para lembrar que a “totalidade da obra, que ascendeu ao valor de 750 milhões USD, foi financiada na íntegra pela Sonangol”. Lembrou ainda que o valor se encon-

trava “totalmente em dívida para com a petrolífera nacional, acrescido ainda de juros no valor de 54 milhões USD, não tendo sido reembolsada, até à data, nenhuma das prestações já vencidas”.

Na sequência, a FCKS explicou que o projecto “beneficiou de financiamento internacional, que foi intermediado pela Sonangol”, facto que, por “respeito à confidencialidade contratual, não tinha sido divulgado pela empresa”. A administração da cimenteira lembrou ainda que “a Sonangol informou à FCKS, em 2014, que havia passado a dívida para o Estado. Por conseguinte, a Sonangol não mais é credora da FCKS”.

PETROLÍFERA COM PREJUÍZO DE 3 MIL MILHÕES USD

A Sonangol registou, em 2020, prejuízo de 3 mil milhões de dólares, representando um recuo de 2.500%, face aos 125 milhões de dólares positivos anunciados em 2019. A petrolífera justifica o resultado com a “redução drástica das receitas provenientes das vendas de petróleo bruto e do elevado grau de imparidades registadas, devido à redução verificada no preço do barril de petróleo”. A nível operacional, os resultados situaram-se em 2,2 mil milhões de dólares, enquanto os capitais próprios se fixaram em 9 mil milhões de dólares.

Por outro lado, a produção de petróleo atingiu um total de 86.762.150 Bbbls, representando um aumento de cerca de 1%, quando comparado a produção de 2019, resultado, principalmente, do aumento de produção do bloco 32, que entrou em produção em 2019.

A OPERADORA de telecomunicações Zap anunciou esta terça-feira um processo gradual de despedimentos na sequência da suspensão, em Abril, do canal Zap Viva, por determinação do Governo, sem que se “vislumbre” data para a retoma das emissões.



EM DOIS MESES DE OPERAÇÃO

‘Rosalina Express’ com receitas de quase 5 milhões

A operadora de transporte expresso ‘Rosalina Express’ arrecadou receitas de 4,9 milhões de kwanzas, nos dois primeiros meses de operação da rota Luanda-Viana.

Com 12 viaturas, a operadora faz, em média, 12,5 viagens por dia, um número que tende a aumentar com o regresso às aulas, segundo o seu director-geral, Edgar Oseas, que considera esta fase inicial como um processo de “aprendizado e educação” do novo conceito de mobilidade aos utentes. “Existe um trabalho junto das administrações para a

12,5

Viagens realizadas, em média, diariamente pela empresa com previsões de aumentar com o início das aulas

expansão do tipo de serviço expresso, entre os principais pontos determinantes de mobilidade urbana de modo a diferenciar e servir os vários interesses dos utentes nas suas deslocações. Entendemos que o valor do tempo é diferente para cada utente, neste momento a rapidez em termos de mobilidade urbana em

Luanda é bastante cara devido à falta de um meio-termo entre o transporte personalizado e o transporte colectivo urbano”, aponta.

A outra dificuldade da empresa reside em encontrar locais adequados para a implantação de terminais urbanos de passageiros, sobretudo no centro de Luanda e vilas municipais. Fora de Luanda, tenciona abrir o serviço expresso na Huíla, na rota Lubango-Humpata, estando à espera somente de autorização das duas administrações municipais. Com um investimento inicial de mais de 15 milhões de dólares, a ‘Rosalina Express’ opera também em Benguela, Catumbela, Lobito e no Huambo.

PUBLICIDADE

Africell esclarece operação no Uganda

A Africell informou na terça-feira que estava a encerrar as suas operações no Uganda, onde enfrentou forte concorrência por parte das unidades locais das empresas de telecomunicações MTN MTN.J e Bharti Airtel BRTI.NS.

A operar na República Democrática do Congo, Gâmbia e Serra Leoa, a Africell entrou no mercado do Uganda em 2014, após adquirir as operações locais da francesa Orange.

Mas tem lutado para se expandir contra a MTN da África do Sul, que tem o maior número de assinantes no país da África Oriental, com mais de dez milhões, e a Bharti Airtel da Índia.

“Africell ... encerrará as operações no Uganda a 7 de Outubro de 2021”, afirmou a empresa em comunicado, acrescentando que a sua decisão foi “baseada numa avaliação cuidadosa das perspectivas comerciais a longo prazo para o negócio” e como o Uganda se encaixava na sua estratégia para

impulsionar a transformação digital.

Africell tinha 2,3 milhões de assinantes no Uganda, de acordo com o site da empresa.

Em todo o continente esta possui 12 milhões de assinantes e planeia lançar operações em Angola até ao final do ano em curso, disse Sam Williams, o director de comunicações da empresa à Reuters.

A notícia deve beneficiar a MTN, que se prepara para um IPO no qual pretende vender 20% das suas acções ao público.

O governo, no ano passado, determinou que todas as empresas de telecomunicações do país listassem pelo menos 20% das suas acções, como uma forma de permitir que os seus cidadãos compartilhassem uma fatia dos lucros.

A desaceleração do crescimento nos últimos anos, exacerbada pelos efeitos da COVID-19, reduziu as perspectivas económicas do país da África Oriental e levou a um êxodo permanente de empresas estrangeiras, incluindo redes de supermercados da África do Sul e do vizinho Quênia.



DE JURE

EM MOÇAMBIQUE

Antigo ministro condenado a 10 anos de cadeia

O antigo ministro dos Transportes e Comunicações de Moçambique Paulo Zucula foi condenado, esta segunda-feira a 10 anos de prisão por corrupção, no caso de compra de aviões pela transportadora estatal Linhas Aéreas de Moçambique (LAM).

O Tribunal Judicial da Cidade de Maputo absolveu, no mesmo processo, o antigo presidente da LAM, José Viegas, por entender prescrito o crime de participação económica em negócio de que era acusado.

Igualmente condenado a 10 anos de prisão foi o antigo executivo da General Electric Oil&Gas em Moçambique Mateus Zimba, acusado de ter montado a empresa de fachada usada para a circulação do dinheiro dos subornos.

O Tribunal Judicial da Cidade de Maputo condenou Paulo Zucula

e Mateus Zimba ao pagamento de cerca de 1,8 milhões de dólares, “segundo o benefício de cada um”.

Os dois arguidos foram igualmente condenados ao pagamento do máximo de imposto de justiça, cujo valor não foi especificado.

Segundo o acórdão, os bens arrestados e as contas bancárias congeladas de Paulo Zucula e Mateus Zimba revertem a favor do Estado.

Em relação ao antigo presidente da LAM, o tribunal decidiu que lhe devem ser restituídos os bens e descongeladas as contas bancárias que estavam sob alçada judicial, no âmbito do processo.

À saída do tribunal, o antigo ministro escusou-se a reagir à sentença que lhe foi aplicada.

Tomás Timbana, advogado de Mateus Zimba, disse que vai recorrer da sentença, considerando que o tribunal ignorou a prova produzida e condenou o seu constituinte por crimes prescritos.

Por seu turno, José Viegas mani-

festou alívio com a absolvição, destacando que a decisão acaba com “cinco anos de luta”.

O Ministério Público de Moçambique acusou os três arguidos de terem urdido um esquema para inflacionar a compra pela LAM de dois aviões da fabricante brasileira Embraer, em 2009, fixando um preço de 31,1 milhões de dólares contra o preço real de cerca de 30 milhões de dólares.

Os procuradores entendem que o valor foi inflacionado para subornar Paulo Zucula e Mateus Zimba, sendo ambos acusados de participação económica em negócio e branqueamento de capitais.

José Viegas, ex-presidente da LAM, respondia por participação económica em negócio, supostamente por ter pressionado a Embraer a subir o preço dos aviões e a fazer os pagamentos aos outros dois arguidos, mas não lhe era imputado nos autos qualquer recebimento indevido.



JUSTIÇA BRASILEIRA

Arquivada acusação contra Lula da Silva

A justiça brasileira arquivou uma investigação contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva por supostos crimes de corrupção e tráfico de influência na Costa Rica, informou esta segunda-feira a defesa do antigo chefe de Estado.

A decisão foi tomada pela magistrada Maria Carolina Ayoub, de São Paulo, e representou uma nova vitória na Justiça do ex-presidente, que já reverteu duas condenações contra si por corrupção.

Em comunicado, os advogados de Lula da Silva, Cristiano Zanin Martins e Valeska Teixeira Martins frisaram que a decisão “acolheu pedido” apresentado “na defesa do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva para determinar o trancamento de mais uma investigação infundada relacionada ao seu nome”.

Lula da Silva, neste caso, foi acusado de influenciar dirigentes da Costa Rica para que fechassem negócios com a construtora brasileira OAS, uma das

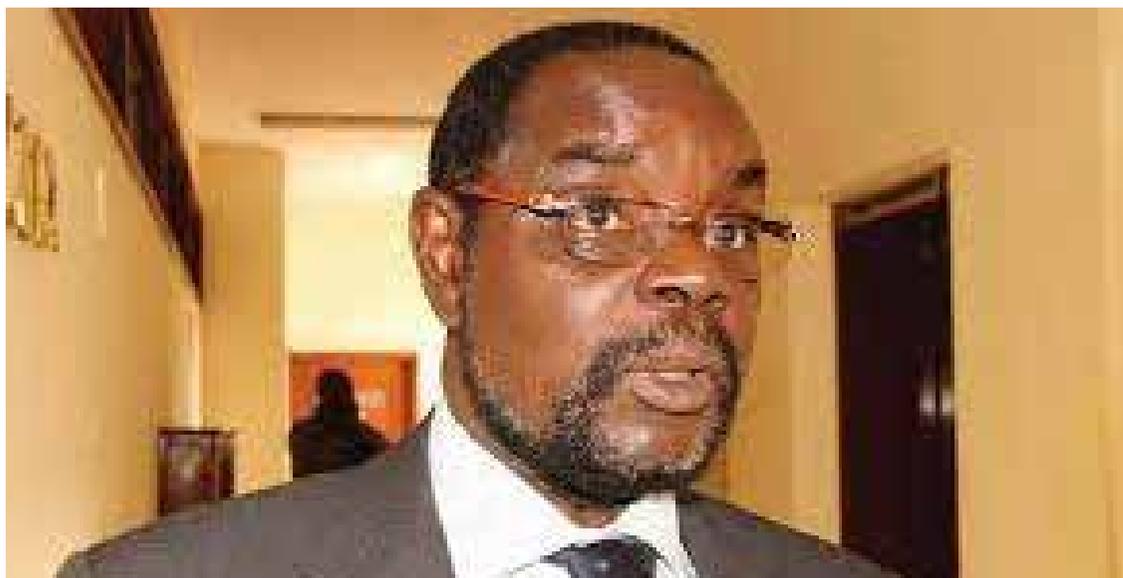
empresas envolvidas nos escândalos desvendados pela operação Lava Jato, que investigou crimes na Petrobras e outros órgãos públicos do país.

Os eventos teriam ocorrido em 2011, quando Lula da Silva já não era presidente do Brasil.

A investigação baseou-se principalmente no depoimento do ex-presidente da construtora OAS Léo Pinheiro e também chegou ao então presidente do Instituto Lula, Paulo Okamoto.

A juíza responsável por analisar o caso, no entanto, arquivou o processo por, por um lado, não haver elementos suficientes para dar continuidade à investigação e, por outro, alguns dos crimes que se poderiam configurar já terem prescrito. Esta foi a 19.ª decisão favorável a favor dos advogados que actuam na defesa do ex-presidente brasileiro desde 2016.

O arquivamento do processo abre o caminho para uma possível candidatura à Presidência de Lula da Silva em Outubro de 2022. As sondagens de opinião o colocam como favorito, à frente do actual presidente, Jair Bolsonaro.



JULGAMENTO DE ELIZABETH HOLMES COMEÇA ESTA MÊS

Ascensão e queda de uma bilionária

TRAJECTÓRIA. Aos 30 anos, era uma 'estrela' nos negócios e da alta sociedade nos EUA. Hoje, aos 37, já falida, arrisca-se a ser condenada a mais de 20 anos de prisão, por ter enganado muita gente. Na lista das vítimas, entram nomes 'grandes' como Bill Clinton e Henry Kissinger. Fraude já faz as delícias de Hollywood.

Por Emídio Fernando

Filha de empresários, empreendedora de 'start-ups', famosa, ex-bilionária, Elizabeth Holmes começa a ser julgada, ainda este mês, para responder a 12 acusações de fraude. O processo ganhou proporções mediáticas por ter enganado magnatas, empresários, políticos e actores. Uma mistura 'explosiva' de amizades que, a partir de 2015, lhe deu uma projecção mediática planetária e muito dinheiro. Tanto que chegou a ser considerada a 'Steve Jobs', em versão feminina.

Chegou ao topo dos negócios, graças à 'start-up' Theranos, que ela própria criou, garantindo testes rápidos na detecção de algumas doenças como diabetes ou cancro. Bastavam umas gotas de sangue, sem necessidade de agulhas, para se chegar a uma conclusão. A empresa ganhou popularidade e chegou a ser avaliada em nove mil milhões de dólares, em 2015. Foi um chamariz para investidores.

Aos 30 anos, tornou-se oficialmente uma bilionária. Passou a integrar as páginas de jornais e revistas de negócios e de empreendedorismo, de sociedade, de moda e até da política. Sim, porque Elizabeth Holmes somava amizades e investidores, entre eles, os de Rupert Murdoch, empresário ligado aos media, e de Bill Clinton, ex-presidente dos EUA, Henry Kissinger e George Schultz, ex-secretários de Estado dos EUA.

Mas tudo isso se desmoronou com a falência da Theranos, num processo de contornos com mui-



tas 'nuvens' e que agora vai a julgamento. Para já, a jovem bilionária está oficialmente falida.

AMBIÇÃO E INTELIGÊNCIA Ainda estudava Engenharia Química, na prestigiada Universidade de Stanford, nos EUA, quando Elizabeth Holmes criou a Theranos com uma ideia muito simples: testes rápidos para detectar doenças. A empresa foi criada quando ela ainda tinha apenas 19 anos de idade. E foi um sonho antigo que ela alimentava, com a ambição de querer "mudar o mundo" e "deixar uma marca". Pelo menos, é o que confiava aos pais, ambos funcionários de topo do Capitólio, o centro político dos EUA.

Ainda criança, com apenas nove anos, a miúda Elizabeth escreveu ao pai a dizer que, o que queria na vida, "era descobrir algo novo que a humanidade não sabia que era possível fazer". Já licenciada, criou um adesivo que detecta infecções. A ideia era entrar no registo de patentes das patentes de antibióticos. Aos 18, teimosa, nem deu importância aos avisos da professora de Química, que lhe dizia que ela procurava o impossível. Começou com os testes que iriam transformá-la numa milionária.

O primeiro grande investidor da Theranos foi o magnata ligado aos media, Rupert Murdoch. Investiu mais de 165 milhões de dólares. Depois, seguiram-se políticos e até a família mais rica dos EUA,

mes, ter ficado mal impressionado, já em 2015: "ela estava segura de si mesma, mas quando lhe fiz várias perguntas sobre a tecnologia, parecia não entender". Apesar disso, em entrevista ao Wall Street Journal, Jeffrey Flier revelou tê-la convidado para ingressar no Conselho de Académicos da Faculdade de Medicina. Hoje, lamenta, mesmo que ela tivesse sido afastada do cargo.

A queda de Elizabeth Holmes começou em 2015, quando testes laboratoriais, impulsionados por revelações do jornal, concluíram que a tecnologia da Theranos não funcionava. Foi a derrocada. Em 2018, a empresa declarou falência.

A história é tão extraordinária que, nos EUA, já está a alimentar um outro filão: o de entretenimento. Já foi escrito um livro e foram produzidos um documentário e uma série de televisão. Pelo meio, ainda há a história picante usada pelos advogados de defesa. A linha de argumentação atira a culpa para o antigo namorado e sócio nos negócios, Ramesh 'Sunny' Balwani, um norte-americano de origem indiana, 20 anos mais velho do que ela. À boa maneira de Hollywood, ainda há acusações de alegadas violações sexuais e violência doméstica por parte de Balwani. Mal surgiram as primeiras acusações, Elizabeth Holmes trocou de parceiro, juntou-se ao também milionário, William Evans, de 27 anos, herdeiro da rede de hotéis Evans Hotel Group e já teve um filho.

São ingredientes para animar um julgamento de uma menina rica e ambiciosa, mas introvertida e imaginativa que sonhou mudar o mundo da medicina.

MEMORIZE

- **A queda** de Elizabeth Holmes começou em 2015, quando testes laboratoriais, impulsionados por revelações do jornal, concluíram que a tecnologia da Theranos não funcionava.

os Waltons, proprietários da rede de supermercados Walmart.

No entanto, surgiram as primeiras dúvidas sobre a eficácia dos testes, apesar dos créditos científicos que lhe foram dados por alguns professores. Por exemplo, o ex-reitor da Escola de Medicina da Universidade de Harvard confessou, depois de ter almoçado com Elizabeth Hol-

(In)formalizando



MATÉRIA-PRIMA TEM SIDO A 'DOR DE CABEÇA'

Oficinas de utensílios de cozinha à beira da falência

ARTESANATO. Oficinas de panelas, formas de bolos, cafeteiras e frigideiras e loiças de alumínio, a funcionar no Cazenga, em Luanda, poderão fechar as portas devido ao elevado custo da aquisição da matéria-prima. Preços dos discos de alumínio dispararam nos últimos anos, de 2 para aos 39 mil kwanzas.

Por Pedro Nvakata

Nzolamesso João Pedro trabalha em oficinas de panelas e diversos utensílios há pelo menos cinco anos. Hoje, a gerir a oficina 'Janeiro Cordeiro', acredita que uma maior

intervenção do Governo na supervisão e fixação dos preços das matérias-primas resultará na aceleração e aumento da produção. "Por exemplo, há umas banheiras que fazíamos e que eram do agrado das camponesas. Em 2015, as banheiras eram 500 kwanzas e hoje estamos a comercializá-las a 5 mil kwanzas. Tudo porque as chapas de disco doze que, na altura, comprávamos a 4 mil kwanzas, agora estão a custar 29 mil kwanzas", repara, não descartando a descontinuação da produção, face à actual conjuntura económica. Confessando que estão apenas em "biscates", Nzolamesso Pedro nota que há dias em que não se ganha nada. "Aqui, ganha-se por peça. Se naquele dia a produção for aquém do desejado,

poderá sair daqui com mil kwanzas ou mesmo nada no bolso."

João Bartolomeu de Sousa, gerente da oficina 'Jó Fogões', explica que a sua empresa trabalha com dois tipos de materiais, um nacional e outro proveniente da China. A produção nacional chega a custar 2 mil kwanzas/kilo, enquanto a importada é comercializada em disco e os preços podem chegar aos 35 mil kwanzas, razão por que se tem optado mais pela matéria-prima local. "O preço da produção nacional tem sido melhor que da China", compara.

Quanto aos preços dos produtos finais, estes variam de acordo com a tipologia e a quantidade. O jogo de sete panelas, por exemplo, chega a custar 8.500 kwanzas, enquanto o de cinco panelas ronda os 4.800 kwanzas. Apesar das falhas verificadas pela distribuição da matéria-prima, Sousa acredita existirem esforços por parte dos armazenistas, antevendo "dias melhores", embora sinta que, a cada dia que passa, as coisas tendem a piorar. "Quando temos muita clientela a produção aumenta e eles [armazenistas] não têm capacidade para nos atender", engrossa.

Já o responsável da oficina 'Auto Deolinda Comercial', António Lopes, sublinha que, devido às dificuldades impostas pela desvalorização do kwanza, o que se produz actualmente serve somente para se remediar. "Os armazenistas, devido ao câmbio, estão sempre a reclamar porque o Governo não os apoia", conta.

Para Cláudio Mendes, funcio-

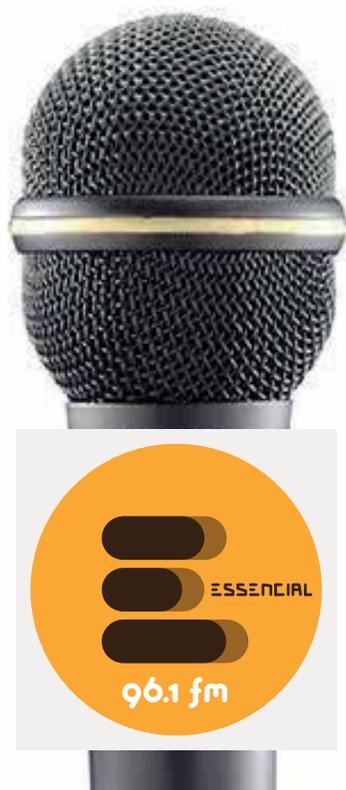
nário da oficina 'Terra Prometida', as falhas registadas nos fornecedores têm prejudicado o nível de produção, mas, apesar dessas dificuldades, a produção tem sido boa, uma vez que se consegue atender a demanda. "As maiores dificuldades têm sido verificadas quando há maior afluência de clientes na nossa fábrica. Temos feito tudo para suprir a demanda, mas, quando o stock esgota, torna-se totalmente difícil lidar com a situação", descreve.

Uma posição defendida também por Lucas João, funcionário da Coperme Lda, que entende que se deve dar mais atenção a estas empresas, para não acabarem como outras que, depois de muito lutar, pela desvalorização do kwanza e muito recentemente pela pandemia, acabaram por fechar as portas. "Aqui havia mais de 15 empresas e muitas delas acabaram por encerrar as suas actividades. Há tempos, fomos os fornecedores de panelas dos ministérios da Defesa e do Interior", argumenta, insistindo que o "Governo deve tentar, pelo menos, dar ouvidos ao clamor dos empresários, sobretudo daqueles que muito ajudaram Angola".

Em 2019, havia sido inaugurada a CITIC Alumínio (Angola) Co, Lda, na Zona Económica Especial Luanda-Bengo, uma empresa diversificada com foco no fabrico de aço, tornando-se no maior produtor de perfis de alumínio em Angola, com uma produção anual de 10 mil toneladas de vários tipos de perfis. O investimento, na altura, foi calculado em 40 milhões de dólares norte-americanos.

O QUE É
ESSENCIAL
NOS DIAS
DE HOJE?

96.1 fm



Opiniões

A cooperação China-África cheia de energia mesmo durante a covid-19



Gong Tao,
Embaixador
Chinês

A China e África têm uma amizade profunda que se compartilham o mesmo destino. Sendo o maior país em desenvolvimento, a China tem o dever sagrado de atribuir alta importância e apoiar África. Essas são as palavras da China, e o mais importante, verdadeiras acções dela.

Recentemente, o Conselho de Negócios China-África divulgou o 'Relatório sobre as empresas chinesas que investem na África', enfatizando que a China é uma das maiores fontes de investimento em África, apelando ao aprofundamento do alinhamento das estratégias de desenvolvimento China-África e promovendo a cooperação mais abrangente, demonstrando que a China atribui elevada importância à África, e está determinada a aprofundar as relações amigáveis com o continente.

De 2000 a 2020, o volume do comércio China-África aumentou 20 vezes. A China tem sido o maior parceiro comercial de África por 12 anos consecutivos. Em 2020, a troca comercial China-África atingiu 180 bilhões USD. Há mais de 3.800 empresas chinesas em África, com um stock de investimento directo de 47,4 bilhões USD, o que ajudou efectivamente o lado africano a elevar o nível de industrialização e a capacidade de exportação, além de promover o emprego local. Criaram mais de 4,5 milhões de novos empregos em África. A taxa de contribuição da cooperação económica e comercial China-África para o crescimento económico de África é superior a 20%.

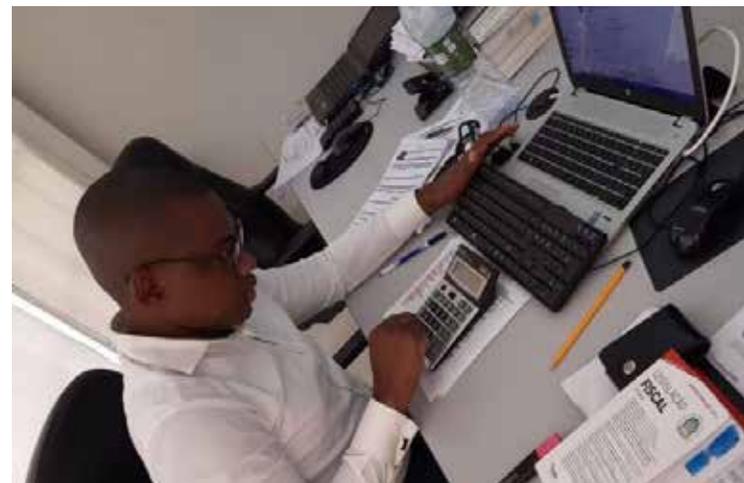
As empresas chinesas usam diversos tipos de fundos para ajudar os países a implementar um grande número de projectos de infra-estrutura, que melhoraram significativamente a conectividade das instalações africanas, incluindo mais de 10 mil km de caminhos-de-ferro, quase 100 mil km de estradas, 1.000 pontes, 100 portos, 80 mega-estações de electricidade, 66 mil km de linhas de transmissão e transformação de energia, 120 milhões de kw de energia, 150 mil km de rede de telecomunicação e cobertura de serviço de internet com 700 milhões terminais de usuários. A China ajudou África na construção de mais de 130 hospitais, 45 ginásios e mais de 170 escolas. Enviou cerca de 30 mil profissionais médicos e tratou mais de 200 milhões de pacientes em países africanos. Nos últimos cinco anos, mais de 200 mil jovens africanos foram treinados pela China, que foram distribuídos em todas as esferas da vida em África, e deram contribuições importantes para melhorar os interesses vitais e o bem-estar do povo africano.

Durante a covid-19, o comércio da China com África e os investimentos chineses em África permaneceram estáveis. De Janeiro a Julho deste ano, o volume de comércio China-África foi de 139,1 bilhões USD, registando um aumento homólogo de 40,5%, atingindo o maior nível no mesmo período da história. A China está a abrir activamente as suas portas para mercadoria africana. As importações provenientes de África aumentaram 46,3%, atingindo 59,3 bilhões USD. As importações de produtos agrícolas como borracha, algodão e café dobraram em relação ao mesmo período do ano passado. O investimento da China em África cresceu de 2,71 bilhões em 2019 para 2,96 bilhões USD em 2020. No final de 2020, o stock de investimento directo da China em África ultrapassou 47,4 bilhões USD, acele-

rando a criação de sectores industriais em manufatura, agricultura, medicina e saúde, e alcançando continuamente a cooperação em áreas emergentes como a energia limpa, economia digital e 5G.

China e Angola são parceiros estratégicos e irmãos de assistência recíproca. Nos primeiros sete meses deste ano, o volume de comércio bilateral entre a China e Angola atingiu 12,48 bilhões USD, um aumento homólogo de 28,2%, dos quais as exportações de Angola para a China foram de 11,23 bilhões USD. O novo investimento directo da China em Angola continua a aumentar, e o ritmo da cooperação bilateral nunca pára de avançar. As empresas chinesas investiram no Parque Industrial da Sino-Ord, venda do automóvel de Jetour e Geely, fabrico de contador de energia por Grupo Sunshine, e grandes projectos de infra-estruturas por empreiteiras chinesas Sino-hydro, CRCC, Citic ou PanChina etc., continuam a contribuir para o desenvolvimento social e económico de Angola. Além disso, o governo chinês ofereceu muitos pacotes de materiais biossegurança e vacinas, ajudou a construção de vários laboratórios 'Olho de Fogo', enviou equipas médicas e estabeleceu mecanismo de cooperação de hospitais homólogos, promoveu a partilha de experiências antivírus e assistiu Angola na aquisição de grande quantidade de suprimentos anti-epidémicos.

Acreditamos firmemente que não importa como a situação internacional mude, a cooperação Sino-Africana sempre será o cenário mais dinâmico na cooperação internacional com África, e certamente avançará com um ritmo mais constante em direcção a um futuro mais amplo e brilhante. Ao mesmo tempo, com o esforço conjunto da China e Angola, as perspectivas de cooperação entre os dois países serão mais alargadas, o que seguramente beneficiará os dois povos.



Section 2: Normalização contabilística no contexto angolano



Carlos Pimenta,
Manager EY,
Assurance
Services



Garcia Paca,
Manager EY,
Assurance
Services

Com cerca de 20 anos desde a entrada em vigor, o actual Plano Geral de Contabilidade Angolano (PGCA) apresenta-se desactualizado, nomeadamente quando comparado com às Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro. O processo de Normalização Contabilística, iniciado em 2019 com a criação do Conselho Nacional de Normalização Contabilística de Angola (CNNA), surge como um passo essencial para a harmonização das práticas locais com as práticas internacionais, promovendo a credibilização do tecido empresarial angolano e de todo o ecossistema económico e financeiro. De forma geral, a existência de um normativo contabilístico alinhado com as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (de aplicação obrigatória ou facultativa) promove i) a melhoria da qualidade do relato financeiro, ii) uma maior comparabilidade da informação financeira em contexto internacional, e iii) a redução de diferenças

do relato financeiro estatutário vs relato financeiro interno em subsidiárias de grupos internacionais.

À data, não obstante a criação da CNNA, não existe ainda clarificação sobre a abrangência, a forma e tempestividade da implementação do processo de normalização contabilística, nomeadamente se a mesma comportará apenas i) a actualização do PCGA em aspectos mais ou menos circunscritos, ou ii) se será introduzido um novo normativo criado de raiz, e, por outro lado, se o âmbito de aplicação abrangerá ou não a totalidade do universo empresarial de Angola, na medida em que as empresas apresentam, ao nível do relato financeiro, diferentes níveis de complexidade e maturidade.

A par de outras reformas recentemente efectuadas, nomeadamente no âmbito fiscal (introdução do IVA, SAF-T, digitalização do aparelho tributário, assinatura de acordos de dupla-tributação), um processo de normalização contabilística trará novos desafios e exigirá respostas adequadas por parte dos diversos agentes económicos e instituições, nomeadamente na capacitação de recursos técnicos e humanos face às maiores exigências que uma (re)evolução das normas contabilísticas trará.

Assim, é inevitável, para o processo de modernização e diversificação da economia angolana, que os diversos intervenientes entendam que o processo de normalização contabilística se afigura como crítico para a credibilização do relato financeiro das empresas que operam em Angola, razão pela qual a tomada de acção urgente sobre esta matéria deve ser considerada prioritária.

A nossa “elite intelectual” frequentou os melhores corredores da ciência e formação, mas, mesmo assim, não conseguiu aprender a ser humilde. Fez-se ainda mais arrogante.

Encostados à parede – intencionalmente?



António Vieira,
ex-director da
Cobalt Angola

No passado dia 3 de Setembro, o cronista Gustavo Costa publicou um excelente artigo intitulado ‘Cercados’. Escreveu o cronista após considerações dignas e verdadeiras que, “...estamos cercados, de um e do outro lado, por uma elite atrasada, manipuladora, hipócrita, mentirosa e subserviente, que ainda não percebeu que Angola é mais importante e mais poderosa do que todos nós”, deixando para trás a arrogância para não ofender ninguém, creio.

Podemos até estar de acordo com o cronista, porém, temos de fazer algumas perguntas com a seriedade que nos falta nem que seja só para compreendermos o teor de tão brilhante crónica. Afinal de contas, hoje temos uma “auto-proclamada” elite que até se “auto-intitula” de intelectual com as suas mentes brilhantes educadas a peso de ouro nos melhores corredores de educação do mundo. A nossa “elite intelectual” passou por Harvard, Oxford, Yale, MIT, Imperial College, Cambridge, Moscovo, Pequim, etc., e, como tal, deveria ter a obrigação de brilhar no seu desempenho com considerável eficiência. É óbvio que isso não acontece e é, por vezes, difícil de diferenciar um destes intelectuais daqueles que humildemente passaram pela Agostinho Neto, Lusíada ou pela Católica, os quais merecem muito mais respeito. A nossa “elite intelectual” frequentou os melhores corredores da ciência e formação, mas, mesmo assim, não conseguiu aprender a ser humilde. Fez-se ainda mais arrogante. Não aprendeu a dar o melhor de si e a servir aqueles à custa de quem beneficiou de bolsas que lhes permitiu tão fausta educação. Defrauda-os sem-

pre que pode. Onde falhou a formação da nossa “elite intelectual”? O que é que a mantém num estado de atraso assustadoramente tão grande que até para nós próprios que convivemos com ela é visível? Obtiveram formação sem por baixo terem uma educação de base, sem o pilar de sustentação de qualquer homem de bem. Formaram-se, sem antes se terem educado. Falhou no mínimo a educação de base.

É neste contexto que podemos viver a frustração do general ao ter de sistemática e periodicamente promover novos quadros para os corredores das decisões. O número de “nomeados e de “demitidos” no executivo deixa-o irreconhecível. Demitido, porém, sem ser chamado a razão ou responsabilizado pelo fracasso na dita nomeação. Sem querer ser extensivo e tedioso (chato), enuncio alguns casos do conhecimento de todos:

1. Quatro ministros da Educação em quatro anos
2. Quatro ministros da Cultura em quatro anos
3. Quatro ministros da Economia em quatro anos

Para além destas mudanças de raiz do executivo, houve várias outras não menos significativas, incluindo vários governadores provinciais, sendo o de Luanda o mais flagrante com quatro governadores em quatro anos. Será que essa elite é digna da “notoriedade” que acompanha a

titularidade da função? Mais claramente, será que essa elite é merecedora de ser tratada como uma “elite intelectual”? Alinham-se nos corredores do partido e vomitam toda uma verborreia com a qual bajulam o detentor do poder. Como uma vara esfomeada, mordem todos no mesmo “kipupu” (sapupo) e recebem a responsabilidade como prémio desse protagonismo falso e falacioso. Enganam o general e os seus assessores enganando-se a si mesmos. E são finalmente nomeados com base numa fidelidade ao chefe que prontamente atraiçoam e, por isso mesmo, acabam por ver a viagem pelo poder terminar antes de chegar ao término. Evaporam-se tal qual uma baforada de cangonha em dia de nevoeiro ambaquista. Ao que nós pensamos ser a nossa “elite intelectual”, não são nada mais do que os espantalhos colocados em campo aberto para que a passarada não devore os cereais e frutas a que tem direito. Como dizia um músico numa esquerda já desaparecida, “eles comem tudo e não deixam nada”. É exactamente isso que a nossa “elite intelectual” faz com uma voracidade, finura e sagacidade únicas. Primeiro, não sabem fazer melhor. Segundo, porque sabem, de antemão, que não serão punidos uma vez que estão protegidos pela alcaiteia. E, terceiro, porque, do alto da sua arrogância e petulância, definem e tratam os cidadãos deste país como um bando de pombas brancas.

E o general, com todos os poderes nele confiados por uma constituição feita à medida e aberta a trocas a toque de clarim, continua impávido e sereno a ignorar a ondulação que vai batendo na costa completamente escavacada por vários temporais e mudança climáticas. Resta-nos a esperança que nenhum tsunami se lembre de nos bater a porta com a violência e furor com que bate na costa do Japão.

É óbvio que há muito para se fazer, só que não se faz. E, como num círculo vicioso, o general, embora “cercado”, tem a dita “elite intelectual” encostada a parede. Acredito que intencionalmente. Essa mesma “elite intelectual” que se foi formar no exterior sem ter tido uma educação de base aceitável. No nível superior, não há aulas de ética, moral, ou comportamento cívico. Essas matérias, essa educação, são transmitidas aos cidadãos durante os 10-12 anos de ensino básico e médio. Sem esse processo que visa o desenvolvimento harmónico do ser humano nos seus aspectos intelectual, moral e físico, e a sua inserção na sociedade, não é possível ter cidadãos conscientes sobre a sua cidadania. É esse factor, a cidadania, que fará a diferença sobre o comportamento da elite de qualquer país. E é por isso que a formação académica fica reduzida a insignificância perante a ausência de espírito de cidadania, de moralidade, e de amor ao próximo. A falta de educação da nossa “elite intelectual”

está demasiado assente no egoísmo e arrogância que a coloca longe das massas. É por isso que a nossa “elite intelectual” vive insensível aos problemas das nossas populações e não se importa de “exigir” Lexus, Jaguares e demais V8s, para os esfregarem na face dos concidadãos que pouco mais do que um pedaço de pão necessitam para se sentirem um bocadinho mais humanos. A falta de sensatez da nossa “elite intelectual”, porque não foi educada numa maneira harmoniosamente humana, coerente e, vocacionada para o ser, reflecte a pressa que têm para “subir” sem sequer se aperceberem que não estão a altura do patamar para onde se querem fazer chegar.

O general, cidadão urbano, apesar de militar, tem a base para verificar tudo isso. Porém, ao fazer parte dum todo que não o tem, deixou-se contaminar e neste processo perdeu a capacidade de separar o trigo do joio. E continua a pescar em águas turvas na esperança de apanhar cacussos que não saibam a lodo. Os conselheiros à sua volta continuam a aconselhar que se continue a pescar dentro do mesmo lago onde todos já se encontram encostados à parede com medo de não serem pescados porque até sabem que não sabem o que fazer. Para fugir ao cerco, é necessário que haja esperança, paciência e honestidade. Um povo só deixa de estar cercado, só está liberto, quando estiver educado, tiver paciência e for honesto. E isso a nossa “elite intelectual”, tal qual o povo, ainda não o é.

Este círculo que até parece aberto ao pacato cidadão está demasiado fechado. Há, por isso, que o abrir para que se evite o desmoronamento social que, de braços cruzados, estamos a testemunhar. Não podemos dar-nos ao luxo de continuar com a educação conforme está, o que é quase o mesmo que estar sem educação. Temos de mudar esse pressuposto. Agora, antes de geração libertadora ir desta para melhor. Só assim iremos corrigir o que está mal e melhorar o que está bem. E quem ganhará é o povo, porque passará a ter uma elite condigna. O futuro promete.



Opiniões

E agora pergunto eu...



Geraldina Embaló
Directora-Geral
Adjunta

Nesta semana que passou, a nossa actualidade andou marcada essencialmente pelo veto do Presidente da República ao projecto de lei... do partido de que também é presidente. E pergunto-me se isto não faz lembrar aquele episódio da ex-governadora de Luanda que, ‘nas vestes’ de representante do partido não comentava questões que ‘nas vestes’ de governadora seriam da sua competência... O chefe aprova projecto de lei ‘nas vestes do partido’ e chumba ‘nas vestes de PR’. Estes episódios de inverosímeis aparentes distúrbios de personalidade dupla deixam clara a necessidade de que ‘vestes incompatíveis’ deixem de vestir os mesmos corpos. E, simultaneamente deixam expostos todos os defensores acérrimos das ideias das ‘primeiras vestes’, e que vêm convictos a público argumentar e justificar essas ideias, para serem depois obrigados a desdizer-se quando as ‘segundas vestes’ decidem ‘dar para trás’. Por vezes não só desdizer-se, mas congratular-se e enaltecer as decisões das ‘vestes que mandem mais’ e que vêm desfazer a trabalhadeira toda que deu para defender as ideias, neste caso, das ‘vestes do partido’, que ‘as vestes da presidência reprovaram’.

Estas confusões de indumentária parecem ter sido breve motivo de celebração (porque gostamos muito de festejar), e mais uma vez a festa teve o tema “do jogador de xadrez” que terá feito mais um movimento que só ele compreende na sua “clarividência” especial. Mas, e agora pergunto eu, esta festa do xadrez, não lembra essencialmente

que somos todos obrigados a ser os peões do jogo de alguém (mais ou menos confuso entre que vestes vai escolher)? Quem nos perguntou se queríamos ser peças de um jogo qualquer? Um jogo com um país inteiro de peões, e que ainda por cima celebram contentes o facto de serem peões e não terem a mais pequena ideia do que é que o jogador quer fazer, e de como o tal jogo vai evoluir? ‘Peões’ confortáveis com não saber para onde o futuro do país caminha... Uma herança que este presidente preservou e o resultado dessa cultura de homens fortes em vez de instituições fortes que nos torna a todos peças de jogo de alguém no poder.

Uma dessas peças deste dito jogo são, sem dúvida, os media, o que vem bem a propósito também da actualidade da semana que passou, porque o dia 8 de Setembro assinalou o Dia Internacional do Jornalista uma efeméride que marca a execução de Július Fucik, um jornalista checo às mãos do regime nazi em 1943.

Os regimes, o poder sempre teve uma relação de amor ódio com o jornalismo. Ama-o porque precisa de o usar para se manter no poder – odeia-o pela sua necessidade intrínseca de questionar, essencialmente porque o poder é alérgico a questionamentos, e quanto mais poderoso – mais alérgico se torna.

De 1943 para cá, os meios que o poder adoptou para controlo dos media são mais sofisticados do que o assassinato de jornalistas. No entanto em 2020 pelo menos 32 jornalistas foram assassinados por causa do seu trabalho mais do dobro do que em 2019. O México e o Afeganistão foram os líderes em assassinatos de jornalistas sendo que o Afeganistão este ano, com a tomada do poder pelos Talibans, vai certamente regredir em termos de jornalismo, de informação e de liberdade de imprensa. Decorre neste momento um absoluto êxodo de jornalistas do país que temem pela vida se não saírem com rapidez. E mulheres nos media – é impensável.

Felizmente entre nós o cenário de segurança física é de muito

longe melhor, apesar de termos um histórico mal resolvido de assassinatos e tentativas de assassinato de jornalistas que não foram investigados e que por isso seguem impunes. O cenário de violência física contra jornalistas é de tal ordem melhor que empurrões e ameaças se tornam para jornalistas da media pública e tornada pública “tamanhas agressões que ultrapassam as regras básicas da convivência (...) golpes ao enunciado da paz, da independência e do Estado de Direito”. Pergunto-me como ilustrariam estes poetas agressões físicas (verdadeiras) a cassetetes e detenções por mais de quatro dias, como foram alvo os jornalistas do Valor Económico e da Rádio Essencial no ano passado e o jornalista da Rádio Despertar Jorge Manuel, para citar alguns...

Apesar de a nossa media pública aqui se estar a comportar como o filho do árbitro no jogo a atirar-se

para o chão e fingir que lhe partiram a perna ao menor toque à espera do penalti que não merece, toda e qualquer ameaça aos jornalistas em trabalho é absoluta e inequivocamente condenável. Os jornalistas devem poder cumprir com o seu papel de informar sem medo de qualquer tipo de represália, seja de meio forem.

Voltando à segurança física que permite estes luxos a alguns, essa evolução para longe do assassinato físico, substituiu o assassinato de jornalistas pelo assassinato de meios de comunicação, de jornais de rádios e até de televisões, enfim o assassinato essencialmente da imprensa livre, um dos pressupostos basilares das democracias.

E esse assassinato de meios de comunicação social entre nós tem sido feito cada vez com mais descaramento, mais sobrançeria e mais arrogância. Esse assassinato sem derramamento de

sangue, acontece por via dos instrutivos que procuram - e se não encontram inventam - expedientes administrativos para fechar órgãos de comunicação e assim controlarem as narrativas que chegam à opinião pública. Esta semana a actualidade confirma isso mesmo com o anúncio de mais um despedimento colectivo devido à suspensão de canais de TV, e a posição conjunta dos canais públicos de blackout assumido às actividades da UNITA (que passaram agora de não receberem cobertura, para receberem ainda menos cobertura).

De seis canais privados de TV quase todos com produção de notícias diversas, o país está agora reduzido a nenhum, os que não foram suspensos pertencem agora ao Estado, e o panorama nos jornais é ainda mais negro com dezenas de títulos a desaparecerem das mãos dos ardinas.

Mas esse assassinato da imprensa livre acontece muito mais por via dos instrutivos oficiais, que são bem mais ardilosos, e que buscam secar as fontes de alimentação, de sobrevivência dos meios de comunicação social, buscam pôr jornalistas no desemprego, desincentivar a imprensa livre que depende desses jornalistas cuja efeméride foi celebrada esta semana. Esse assassinato mais premeditado, mais calculista, ocorre por via das ameaças veladas a empresas que publicitam os seus serviços em meios que fazem jornalismo que resista ao enaltecimento cego do poder e dos seus jogos (de xadrez, de damas ou garrafinha), que, num cenário de miséria social e económica são jogos que todos os dias se tornam mais despropositados e entediados. Jogos que entretêm para nos distrair do que de facto deveria ser notícia como a continuada morte de pessoas à fome no país, que vai desaparecendo da agenda mediática, não só porque já dura há muito tempo, mas porque os meios livres que sobram vão tendo cada vez mais bloqueios, menos vida, vítimas do tal assassinato ardiloso e premeditado que visa controlar a informação.

Às empresas anunciantes, leitores, ouvintes e meios que mantêm a resistência a esses assassinatos que o poder e os seus jogos atentam contra a imprensa livre, aqui fica um humilde, mas sincero obrigado, com esperança de que cada vez tenhamos mais.

URGENTE
JUNTOS PELO SUL DE ANGOLA
#S.O.S.ANGOLASUL

AGÊNCIA MORRO BENTO II
Banco BIC SA
AGÊNCIA MORRO BENTO II
SWIF CODE, BCCBAOLU

IBAN A006 0051 0000 4286 2462 3224 2
CONTA 04286246232002
CARITAS DE ANGOLA, AV. 21 DE JANEIRO,
BAIRRO ROCHA PINTO, ANGOLA

PONTO DE ENTREGAS DE DONATIVOS (BENS ALIMENTARES)
Em Luanda
I - Em Talatona: Mirantes Travessa 4, n.º 8, Junto ao largo da Zap TV
II - Rua Marien Ngouabi n.º 1 distrito urbano da Malanga
III - Paróquia de Nossa Senhora de Fátima (São Domingos)

No Lualaba
I - Paróquia de Nossa Senhora das Dores (Misale)

Contactos telefónicos: +244 933 098 903/+244 998 632 631



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Sobre [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos teus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

[Enviar mensagem](#)

Empresa de comunicação e notícias

Fotos [Ver tudo](#)



Edição 272 Likes 1.060 Partilhas 77

A entrevista ao empresário e criador de gado bovino Orlando dos Santos que se queixa de que se fala muito de crédito para os agricultores que não estão a “ver nada” continua a recolher comentários na página do Valor Económico tendo alcançado perto de 55 mil pessoas e registado mais de 2500 interações entre partilhas, emoções e comentários.

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Gralhas e discussões personalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Omambiky Mbiki

Gostam muito de receber dinheiro, depois também não vamos ver nada, mau hábito do Angolano



Saldanha Ics

Omambiky Mbiki mano não diga isso.....Não é problema do angolano pra depois veres algo... Não.

É um direito do Angolano para alimentar o outro Angolano e mais... isso não se faz só em Angola, mas sim faz-se em todo o mundo. Pedir um Crédito Não é pedir esmola, mas sim é emprestar e pagar com mais... isto é um direito a nível mundial. Se não percebes ou nunca ouviste isso que eu digo aqui, então pergunte viaje no mundo estudando a vida para perceberes como se faz um investimento e como se desenvolve a economia num País que beneficie a todos. Leia mais os livros de economia e finança no desenvolvimento de uma nação e conheça os seus direitos.



Anselmo Ac

é tudo uma autêntica aldrabice é para os boelos caírem nessas publicidades dos demónios...



António Santos

Enquanto não constituírem um banco de fomento Agrícola com juros bonificados, a agricultura nunca irá para frente. O que trava o desenvolvimento agropecuário em Angola, são as burocracias. Os bancos só dão um chouriço a quem tiver um porco, ou por conveniências políticas.



Florinda Maria Ramos

Os 30 ou 35% a par e passo por cada desembolso, mais os riscos que os bancos procuram a todo o custo encontrar nos projetos, inviabilizam a maior parte dos pequenos e médios projetos



Sonia Faustino

Como querem que avance a agricultura entre outros se não há ajudas do Estado.



Justo Quissanga

Propaganda enganosa!!!



Nahenda Pepe

Só bocas. Fazer que é bom, nada.



José Monteiro Monteiro

Eu estou disposto ajudar o Sr.



Joaquim Xavier

Quem recebeu? Os bancos e as instituições mandam só bocas... Va vangula ngõ..



Luisa Jo

Tudo é mito do governo, recebeu o poder em mito e a vida toda em mito em várias instituições, tudo é mito governo diabólico



Sandra Barroso

Isso é só para pagar os “agricultores” endinheirados



Carlos Francisco Mota Mota

Tens que vedar os hectares com bandeira do partido, que eu não sei qual mais você sabe. Em pouco tempo o crédito esta disponível na conta indicada



Cléusio Figueira Pita-grós

Tenho um cunhado empresário, detentor de grande extensão de terra, também tem investido na agricultura, disse-me o mesmo, alegando que não têm apoio. Eu até pensei que ele estivesse brincando



Maria Ferreira

O crédito é para uns... Os que já têm dinheiro



Saldanha Ics

Mano... Estes gajos são mesmo animais selvagens... Não espere e nem confie neles porque são piores que uma cassumuna.

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7

Covid-19

CERTIFICADO DE VACINAÇÃO NOS CONCURSOS PÚBLICOS

Juristas questionam legalidade do decreto



A inclusão do certificado de vacinação contra a covid-19 nos concursos de ingresso na função pública é, no entender dos juristas Albano Pedro e Manuel Chimuco, uma “contrariedade” ao projecto de Simplificação de Actos e Procedimentos da Administração Pública, designado por Simplifica, lançado recentemente pelo Governo.

Albano Pedro entende “não fazer qualquer sentido” alistar o cartão entre os documentos principais visto que o objectivo do projecto é de reduzir a burocracia e facilitar a vida dos cidadãos em ter acesso aos serviços.

“O ingresso na função pública é de carreira, para uma actividade permanente, não provisória. Logo não faz sentido mostrar que se está totalmente saudável quando somos todos uma máquina biológica que a qualquer momento

vamos contrair doenças”, observava, levantando a possibilidade de que a actual exigência contribua para que funcionários eventualmente sejam “expulsos da função pública por serem portadores de certa doença.”

No mesmo prisma, Manuel Chimuco explica que tomar a vacina é um acto meramente cívico e não de imposição por força da lei. Pelo que a obrigação de apresentar o cartão de vacina contra a covid-19 nos concursos públicos “fere a Constituição” porque, entende, a Situação de Calamidade “não pode restringir os direitos fundamentais dos cidadãos, com excepção do Estado de Emergência”.

“A necessidade de vacinação consubstancia-se num dever cívico, é acto de expressão da nossa cidadania, o que não se reveste de carácter de obrigatoriedade. Não existe uma lei em Angola que obrigue os mais de 30 milhões de cidadãos a tomar qualquer vacina”, explica.

Acrescenta, a medida do novo decreto é cópia de países europeus desenvolvidos, peca ainda mais porquanto a Comissão Multisectorial esqueceu que o índice de disponibilidade de testes e vacinas destes países estão longe do disponível em Angola. “A Comissão não tem vacinas que possam fazer face ao número de habitantes. Ao limitar os cidadãos que não tomarem a vacina de participarem em concursos públicos, acredito, estará perante uma violação sistemática dos direitos fundamentais dos cidadãos.”

Já o jurista Aldemiro Quintas explica que o carácter de obrigatoriedade abrange somente quem se candidate a concurso público de ingresso na Administração Pública, concretamente nos sectores da Educação, Saúde, Forças de Defesa e Segurança. Entende, por isso, tratar-se de uma medida “normal sem eivo de ilegalidade”.

“O Decreto Presidencial faz referência a esses sectores por serem os que mais estão ligados

às massas. Logo, há necessidade de os prevenir do contágio do SARS-CoV-2 e da covid-19. Por isso mesmo é “mister” esclarecer com verdade sobre esses equívocos de ilegalidade e obrigação generalizada, ou seja, não se trata de obrigação nenhuma dos cidadãos, muito menos de alguma ilegalidade no que toca a cumprimento da aprovação e incorporação”, entende.

O decreto n.º 208/21, de 6 de Setembro, além de obrigar apresentação do certificado de vacinação nos concursos públicos, recomenda a vacinação dos funcionários públicos e de todos os profissionais do sector privado e aos cidadãos que se desloquem em viagens interprovinciais. No caso de o funcionário não estar vacinado, a entidade patronal pode exigir a apresentação de teste SARS-CoV-2 com resultado negativo, como condição de acesso ao serviço.

Por: *Guilherme Francisco*

NA VIA PÚBLICA

Portugal deixa de exigir o uso da máscara

O uso de máscara no exterior deixou de ser obrigatório a partir de segunda-feira em Portugal. A partir de agora vai passar a ser facultativo e recomendado em algumas situações, como os aglomerados de pessoas.

Esta obrigação durou, no total, 318 dias, desde a aprovação da lei, em 28 de Outubro de 2020, em plena pandemia da covid-19, e foi sendo sucessivamente renovada pelo parlamento, o que não acontecerá agora.

O fim do uso obrigatório de máscaras em espaços públicos exteriores, em Portugal, acontece no dia em que caduca o último diploma aprovado pelo parlamento deste país e promulgado pelo presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, a 11 de Junho, por um período de 90 dias, não tendo a Assembleia da República proposto a renovação.

A Direcção-geral da Saúde (DGS) deste país avançou que está a rever a orientação relativa à utilização de máscaras, que passam a ser facultativas no exterior e recomendadas em algumas situações, que reúnam aglomerados de pessoas.



A OMS NÃO APOIA a utilização do certificado de vacinas como um pré-requisito para viagens. O director-geral da organização, Tedros Ghebreyesus, considera que a exigência seria uma ferramenta para discriminar, visto que a cobertura da vacina ainda não é global.



REINO UNIDO

Governo renuncia certificado de vacinação

O governo do Reino Unido anunciou ter renunciado ao projecto que previa a introdução do certificado de vacinação para aceder a locais muito frequentados na Inglaterra, considerando-o “supérfluo” devido ao sucesso da campanha de vacinação contra a covid-19.

“Nunca gostei da ideia de dizer às pessoas para mostrarem papéis (...) para fazerem o que é apenas uma actividade de rotina. Vimos como deveria ser e, embora devamos mantê-lo na reserva como uma opção potencial, estou feliz em dizer que não vamos continuar com esse nosso projecto do certificado de vacinação”, afirmou o ministro da Saúde britânico, Sajid Javid, em declarações à BBC.

A reviravolta surge no momento em que o executivo britânico reiterou, na semana passada, a intenção de lançar um certificado de vacinação no final de Setembro para entrar em estádios ou discotecas, o que atraiu fortes críticas do sector de diversão nocturno e de membros da maioria conservadora e da oposição.

Sajid Javid considerou que tal medida acaba por não ser necessária, apesar de, nos últimos dias, se registar um elevado número de casos diários de covid-19, em torno de 40.000,

dada a alta taxa de vacinação no Reino Unido.

Quase 81% da população com mais de 16 anos recebeu as duas doses da vacina contra o novo coronavírus.

Como cada nação constituinte do Reino Unido tem jurisdição sobre as restrições por causa da covid-19, a Escócia decidiu introduzir, a partir de 01 de Outubro, um certificado de vacinação para acesso a discotecas e a outro tipo de locais de diversão a fim de conter o aumento de casos atribuídos ao início do ano escolar.

O primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, deverá pormenorizar, nos próximos dias, o novo plano de combate à covid-19, tendo como pano de fundo a chegada do inverno.

Segundo a imprensa britânica, a vacinação em massa deve continuar a ser o foco principal, com a implantação de um programa de reforço e uma decisão sobre a possível administração de vacinas a jovens entre os 12 e os 15 anos.

Sajid Javid também anunciou a intenção de acabar, “o mais rápido possível”, com a obrigação de os viajantes duplamente vacinados de certos países se submeterem a um caro teste de PCR o mais tardar até dois dias após a chegada a Inglaterra.

NO BRASIL

Avança pesquisa de vacina em formato de spray nasal

Um grupo de investigadores brasileiros que desenvolve uma vacina contra a covid-19 em formato de spray nasal, de baixo custo e capaz de proteger contra diversas variantes, obteve resultados bem-sucedidos nos primeiros testes em animais.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), órgão público que financia o projecto adiantou que “os testes preliminares com duas doses de protótipos do antígeno permitiram a geração de grandes quantidades de anticorpos neutralizadores em ratos de laboratório”.

A expectativa dos investigadores é receber ainda este ano autorização para os ensaios clínicos

(em humanos) do spray e iniciá-los à entrada de 2022, para determinar tanto a segurança, quanto a eficácia do produto.

Segundo os responsáveis pela vacina, as principais vantagens do imunizante na forma de spray são a facilidade de aplicação e a rapidez com que pode gerar imunidade local no nariz, orofaringe e pulmões, três partes do corpo fundamentais para evitar a consolidação de uma infecção por SARS-CoV-2.

Além disso, a possível vacina brasileira em spray é de baixo custo, de protecção prolongada mesmo contra as diferentes variantes do novo coronavírus é capaz de bloquear a acção do vírus no

nariz, onde começa a infecção.

A futura vacina é objecto de um projecto do qual participam investigadores da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), maior centro de investigação em saúde da América Latina e vinculado ao Ministério da Saúde brasileiro.

“As vacinas injectáveis são muito boas em induzir a imunidade sistémica, inclusive nos pulmões, mas não são particularmente boas em gerar uma resposta protectora na região nasal e orofaringe”, explicou Edecio Cunha Neto, investigador da USP e um dos responsáveis pelo projecto.

SINOPHARM

Governo vai adquirir mais de 10 milhões de doses

Angola determinou a aquisição de 10 milhões de doses da vacina chinesa, Sinopharm, bem como serviços logísticos e equipamentos, num valor estimado de 88 milhões de dólares. Segundo um despacho presidencial, a aquisição será feita mediante um procedimento de contratação simplificada, sendo delegada à ministra da Saúde a competência para verificar todos os actos até à celebração do contrato.

A ministra das Finanças será responsável por disponibilizar os recursos financeiros necessários à execução dos contratos inerentes à aquisição de vacinas.

Angola conta, até ao momento, com pouco mais de dois milhões de doses administradas, das quais 921 mil pessoas totalmente vacinadas (cerca de 3% da população).

Estão a ser usadas as vacinas da AstraZeneca, Sputnik, Pfizer e Sinopharm.



PARA VACINADOS

Governo faz sorteios de electrodomésticos

O Governo vai passar a sortear, todos os meses, um electrodoméstico para atribuir a pessoas vacinadas, para estimular a população a aderir à imunização como forma de protecção contra a covid-19.

A medida foi anunciada pelo ministro de Estado e chefe da Casa de Segurança do Presidente da República, Francisco Furtado, e surge depois de o Executivo ter anunciado que seria atribuído um automóvel, sorteado aleatoriamente, entre todos os cidadãos que se vacinarem até 31 de Dezembro.

Segundo Francisco Furtado, o Executivo aprovou também, no dia 2 de Setembro, a realização de um sorteio mensal de um electrodoméstico, em cada uma das províncias, a partir de agora, abrangendo todos os cidadãos já vacinados.

Marcas & Estilos



Luxos sustentáveis

As jóias Chupi Sweetman são feitas à mão, em Dublin. São vendidas em 67 países pelo Instagram e Facebook. A Chupi leva a sustentabilidade a sério e trabalha exclusivamente com ouro reciclado e embalagens de madeira de origem responsável. As novas coleções apresentam diamantes 'cultivados' em laboratório, usando tecnologia de carbono zero.



Exposições históricas

Desenhado por Louis Cartier em 1917, a forma elegante 'art déco' foi inspirada nos tanques Renault usados na Primeira Guerra Mundial. O tanque de Warhol escolhido apresentava uma coroa de ouro numa pulseira de crocodilo preta. O estilo de casco quadrado foi originalmente projectado em 1904.



AUTOMÓVEL

Dirigido a dedo

Lançado em 1951, ano em que o Jaguar C-Type venceu Le Mans pela primeira vez, este lindo carro de corrida aberto foi recriado pela Jaguar Classic e oferecido por um preço não revelado superior a um milhão de dólares, com uma tiragem de edição limitada de até 16 unidades.

O primeiro exemplo do modelo tipo C foi apresentado no Concours of Elegance no Hampton Court Palace a 3 de Setembro, um dos destaques do show.

Numa prévia, a continuação do tipo C parece ainda mais incrível no metal. Sobre rodas de arame cromado reluzentes, a atenção aos detalhes na continuação é notável – tudo, desde a tampa da caixa de fusíveis eléctrica aos suportes incomuns originalmente instalados no reservatório de fluido de freio, foram fielmente recriados.

AGENDA

LUANDA

23 DE SETEMBRO

Luanda acolhe o III Congresso de Medicina Natural, com palestras ligadas ao impacto da covid-19 em Angola e a medicina natural, entre outros. Entre as 09h00 e as 16h00, na Mediateca de Luanda.

24 DE SETEMBRO

24.ª edição do Festival da Canção de Luanda, dedicado à 'Poesia no Percurso da Música Angolana', a partir das 21h00.

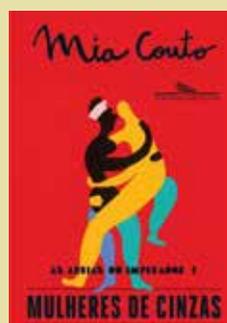
POEMA

UM PINTO ARMADO EM GALO

Quis cocoricocar
Subiu bem alto no poleiro
Esticou as pernas
Bateu as asas
E saiu um piupiupiar
Entalado no gargalo.
Da cagada eu vou lembrar
Não fosse o safado rosqueiro
Ficou pinto sem penas
Fez galhofa em todas casas
Engoliu o seu piupiupiar
Coisa de pinto armado em galo.

António Vieira

LIVROS



MULHERES DE CINZAS é um romance histórico sobre a época em que o Sul de Moçambique era governado por Ngungunyane, o último grande líder do Estado de Gaza. Em fins do século XIX, o sargento Germano de Melo foi enviado ao vilarejo de Nkokolani para participar de uma batalha.



A IMORTALIDADE – um gesto – e para Kundera os gestos são imortais – inicia o romance como um traço do perfil de Agnes, a personagem feminina marcante desta história que se passa em Paris, no século 20.



TURISMO

Onde a aventura começa

O Vietname é, sem dúvida, um dos lugares mais atraentes, bonitos e pacíficos do mundo, com praias de leite de coco branco, águas verde-esmeralda cintilantes e paisagens selvagens e intocadas, sem falar na riqueza de resorts de luxo, perfeitos para lua-de-mel e famílias.

Planear uma viagem ao paraíso, no entanto, pode ser complicado, porque os turistas precisam de considerar vistos e vacinas e, quer viaje a negócios, quer a lazer, vai precisar de visto para todas as visitas com mais de 15 dias.

Abrangendo praias cintilantes com palmeiras, selvas tropicais e nebulosas, mercados de rua e culinária inebriante, há muito para encantar os viajantes. Voe para as principais cidades de Hanói, Ho Chi Minh ou Saigon e deixe sua aventura começar.

SEGUNDO UM RELATÓRIO DO BANCO MUNDIAL

200 milhões de pessoas vão abandonar as próprias casas até 2050

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS. No cenário mais grave, a África subsariana é a região mais vulnerável devido à desertificação, linhas costeiras frágeis e população dependente da agricultura.

As alterações climáticas podem levar mais de 200 milhões de pessoas a deixarem as casas nas próximas três décadas, criando focos de migração, a menos que sejam tomadas medidas urgentes, segundo um relatório do Banco Mundial citado pela Lusa.

As medidas, de acordo com a instituição, passam pela redução global das emissões poluentes e por colmatar as falhas no desenvolvimento.

Na segunda parte do relatório Groundswell, esta segunda-feira (13) divulgada, analisa-se como os impactos lentos das alterações climáticas, como a escassez de água, a redução da produtividade e o aumento do nível do mar, podem originar milhões de “migrantes climáticos” até 2050, em três cenários diferentes, consoante a acção climática e o desenvolvimento.

No cenário mais pessimista, com um elevado nível de emissões e um desenvolvimento desigual, os autores do trabalho prevêem mais de 216 milhões de pessoas a deslocarem-se dos seus países em seis regiões analisadas.

Essas regiões são a América Latina, o Norte de África, a África subsariana, a Europa Oriental e a Ásia Central, o sul da Ásia e o leste da Ásia e o Pacífico.

No cenário mais favorável, com um baixo nível de emissões e, inclusivamente, desenvolvi-

mento sustentável, o número de migrantes pode ser 80% inferior, mas ainda assim causar a deslocação de 44 milhões de pessoas.

No relatório não são analisados os impactos das alterações climáticas a curto prazo, como os efeitos nos eventos meteorológicos extremos.

As conclusões “reafirmam o potencial de o clima induzir migrações nos países”, disse Viviane Wei Chen Clement, especialista sénior em alterações climáticas no Banco Mundial e uma das autoras do relatório.

No cenário mais grave, a África subsariana, a região mais vulnerável devido à desertificação, linhas costeiras frágeis e população dependente da agricultura, veria o maior movimento, com

MEMORIZE



● No Sul da Ásia, o Bangladesh é particularmente afectado por inundações e destruição de colheitas, responsáveis por quase metade dos migrantes climáticos, com 19,9 milhões de pessoas, incluindo um aumento na percentagem de mulheres, a deslocarem-se até 2050, no cenário pessimista.

mais de 86 milhões de migrantes climáticos.

O Norte de África, porém, poderá ter a maior proporção de migrantes climáticos, com 19 milhões de pessoas a deslocarem-se, o equivalente a 9% da população total, devido essencialmente ao aumento da escassez de água na costa nordeste da Tunísia, na costa noroeste da Argélia, oeste e sul de Marrocos e no sopé central do Atlas, de acordo com o relatório.

No Sul da Ásia, o Bangladesh é particularmente afectado por inundações e destruição de colheitas, responsáveis por quase metade dos migrantes climáticos, com 19,9 milhões de pessoas, incluindo um aumento na percentagem de mulheres, a des-

locarem-se até 2050, no cenário pessimista.

“Esta é a nossa realidade humana agora mesmo e estamos preocupados que vá ser ainda pior, onde a vulnerabilidade é mais aguda”, afirmou Maarten van Aalst, director do Centro Internacional do Clima da Cruz Vermelha, que esteve envolvido no relatório.

O relatório não incidiu nos migrantes climáticos nas fronteiras.

“Globalmente sabemos que três em cada quatro pessoas que se deslocam ficam nos países”, indicou Kanta Kumari Rigaud, um destacado especialista em ambiente no Banco Mundial e co-autor do relatório.

No entanto, os padrões de migração das áreas rurais para as urbanas antecedem muitas vezes os movimentos para as fronteiras.

Apesar de a influência das alterações climáticas na migração não ser nova, é frequentemente parte de uma conjugação de factores que empurram as pessoas a sair e actua como uma múltipla ameaça.

As pessoas afectadas por conflitos e desigualdade estão mais vulneráveis às alterações climáticas, porque têm meios limitados para se adaptarem.

Os autores do relatório também alertam que podem surgir pontos críticos de migração na próxima década e intensificarem-se até 2050.

É necessário planeamento em ambos os lados, nas áreas para onde as pessoas vão deslocar-se e nas que deixam, para ajudar os que ficam.



As pessoas afectadas por conflitos e desigualdade estão mais vulneráveis às alterações climáticas, porque têm meios limitados para se adaptarem.

Educação & Tecnologia

Huawei potencia serviço de protecção civil com 'kit' inteligente de vídeoconferência

PUBLICIDADE. Luanda, 06 de Setembro de 2021 - O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros do Ministério do Interior recebeu, recentemente, uma doação da Huawei, no âmbito das acções de carácter social que aquela gigante asiática tem estado a levar a cabo um pouco por todo País.

Para efeitos operacionais, a Huawei doou um Kit inteligente de vídeoconferência denominado, IDEAHUB e 10 Milhões de kwanzas para fazer face aos possíveis desastres naturais coordenados e assegurados pela instituição angolana.

O acto de entrega ocorreu no Quartel Principal do SPCB, em Luanda, e contou com a presença de altos funcionários do SPCB e de representantes oficiais da Huawei. Na ocasião, o Comandante Nacional do SPCB, comissário bombeiro principal, Bensau Mateus, frisou

que o gesto da empresa chinesa é de grande importância, visto que vai ajudar a suprir com algumas necessidades do sector e permitir a realização de reuniões e outras actividades de forma remota.

Por sua vez, o comissário, José Dembi, Director de Intercâmbio e Cooperação do MININT, em representação do Ministro do Interior, Eugénio César Laborinho, lembrou que a doação foi concedida e acompanhada pelo presidente da Huawei para região subsariana, Chen Lei e pelo Ministro do Interior em Junho do corrente ano, sendo que este acto hoje é da entrega oficial do equipamento.

Para a representante da Huawei

em Angola, Sucre Zhang Peng, a cooperação com o Ministério do Interior é de Longa data, pelo que acções do género vão continuar. Tendo anunciado, para breve, a inauguração de um Parque Tecnológico com vários centros de formação.

SOBRE HUAWEI

Fundada em 1987, a Huawei é fornecedora líder global de infraestrutura e dispositivos inteligentes de tecnologia da informação e comunicação (ICT). Temos mais de 197.000 funcionários e operamos em mais de 170 países e regiões, atendendo a mais de três bilhões de pessoas em todo o mundo.

Nossa visão e missão é levar o digital a todas as pessoas, lares e organizações para um mundo totalmente conectado e inteligente. Para este fim, iremos impulsionar a conectividade ubíqua e promover igual acesso às redes; leve a nuvem e a inteligência artificial a todos os quatro cantos da Terra para fornecer potência de computação superior onde e quando você precisar; construir plataformas digitais para ajudar todos os setores e organizações a se tornarem mais ágeis, eficientes e dinâmicos; redefina a experiência do usuário com IA, tornando-a mais personalizada para pessoas em todos os aspectos de suas vidas, seja em casa, no escritório ou em trânsito.



“Entram mais dois actores no sistema financeiro do município e das comunidades: as lojas UNITEL (que também são poucas, é verdade) e os comerciantes das lojas de esquina (vulgo 'mamadus').”



Celso Malavoloneke,
Sociólogo
da Comunicação

A meio das férias, recebi um simpático convite da Huawei – UNITEL para participar online no lançamento dos serviços de “mobile money” (dinheiro via celular, em tradução livre) que resultara da parceria entre as duas empresas. A Huawei forneceu uma solução tecnológica flexível, adequada à nossa realidade e fácil de ser manejada por utentes e agentes, e a UNITEL pusera à disposição a sua formidável rede de cobertura tele-comunicacional, a maior do país.

Com grande pena minha, não pude aceitar o convite - já tinha programada uma excursão para o leste da província da Huíla onde me encontrava, nomeadamente no meu município natal do Kuvangu. Mas expressei à simpática senhora que transmitiu o convite a minha enorme satisfação por essa conquista e prometi que tão logo me fosse possível iria lá ver de perto como o sistema funciona.

O meu entusiasmo pelo assunto tem várias justificações, todas a ver com as minhas vivências profissionais: em 2015, quando era Director de Comunicação Institucional e Imprensa do MINARS, e no quadro dos primeiros passos das acções de transferências sociais monetárias não contributivas, fui enviado a fazer um curso de formação de um mês em Cape Town, sobre o assunto. É que eu era, então, defensor ferrenho da tese que me tinha sido inculcada na universidade canadiana onde me formei em Planeamento de Desenvolvimento Rural Internacional, que nunca se deve dar dinheiro às comunidades apoiadas. “Antes dar o anzol e ensinar a pescar que dar o peixe”, dizia-se. De forma que a então nova abordagem de dar um montante mensal às famílias beneficiadas fazia-me muita confusão na cabeça. Fui fazer o curso, compreendi o conceito e lá escolhi a especialidade de “inclusão financeira”.

A segunda vivência tem a ver com a minha participação enquanto Secretário de Estado da Comunicação Social no desenho do Projecto Kwenda. Sendo uma das compo-



Porquê e como a parceria Mobile Money da Unitel-Huawei faz a diferença

nentes a entrega trimestral de 8.400 Kzs às famílias mais vulneráveis (entenda-se nas zonas mais remotas), fazer chegar este dinheiro é (era) um verdadeiro bico-de-obra. Um bom número de municípios não possui uma agência bancária sequer; outros só têm uma – o BPC – que funciona(va) com muitas deficiências. Lembro-me que, em 2019, fui em missão de serviço da vacinação da Pólio uma vez ao Chipindo/Huíla e outra ao Chitembo/Bié e tivemos que transportar as enormes quantidades de dinheiro vivo necessário para pagar ao pessoal e a logística da campanha, com todos os riscos que isso acarretava.

Na solução destes problemas logísticos pelo Projecto Kwenda, surgiu a ideia de, à semelhança do que já acontece em outros países, incluindo aqui na SADC, recorrer ao conceito do “mobile money”. Para isso, começou-se a discutir a ideia com a UNITEL. Aqui cabe fazer uma sentida homenagem à finada Dra. Eunice de Carvalho que, uma vez contactada, transformou-se numa entusiasta incondicional do

projecto. O seu apoio, que se situava mais na vertente da responsabilidade social da empresa que numa nova área de obtenção de lucros – que até acaba sendo – e a sua inquebrantável fé e compromisso com os mais desfavorecidos foram fundamentais para que a UNITEL não desistisse perante os enormes desafios técnicos e tecnológicos que o projecto enfrentava. Ao ponto que, mesmo depois do seu infausto desaparecimento, a força da sua memória continuou a ser uma força motriz para aqueles que ficaram a tocá-lo para a frente...

É precisamente na solução de uma solução tecnológica simples, mas eficiente, que pudesse ser utilizada sem muita formação, que surgiu a Huawei no projecto. Com a experiência de outros países, tornou efectivamente possível que já se vislumbra no horizonte as famílias beneficiadas do Projecto Kwenda receberem a sua transferência monetária, bastando para isso ter um número UNITEL e viver perto de um agente UNITEL, seja ele uma loja ou um “mamadu”.

As enormes vantagens deste sistema financeiro não saíam da minha cabeça enquanto percorria os municípios do leste da Huíla: Quipungo, Matala, Jamba, Kuvangu... e em cada vila que passava, procurava nas ruas e na memória a existência de agências bancárias: Quipungo tem uma, tal como Jamba e Kuvangu; só Matala tem duas. Essas agências, ou não têm dinheiro, ou não têm sistema, ou os trabalhadores ausentaram-se para o Lubango... os multicaixa esquece, nunca têm dinheiro e quando têm são aquelas enchentes, principalmente no fim do mês. Por outras palavras, o sistema financeiro funciona com muita deficiência

É isso que o “mobile money” pode resolver. Para já, acontece fora dos bancos. Entram mais dois actores no sistema financeiro do município e das comunidades: as lojas UNITEL (que também são poucas, é verdade) e os comerciantes das lojas de esquina (vulgo “mamadus”), esses em grande quantidade e que, de facto, já prestam esses serviços sem pagar um Kwanza de

imposto ao Estado. Isso, e a quase falta de burocracia, é que, tenho a certeza, vão fazer a verdadeira diferença. E nisto, a Huawei foi visionária. O aplicativo que apresentou é tão fácil de usar que requer o mínimo de treinamento.

O impacto deste serviço na economia municipal e comunitária é enorme. Primeiro, vai ser mais fácil e rápido enviar dinheiro das cidades capitais para os municípios e comunas, o que significa dizer que vai haver mais dinheiro disponível lá para lubrificar a economia. O dinheiro nestas localidades é realmente sempre ao vivo e é muito escasso, o que prejudica os pequenos produtores e o comércio local. Segundo, vai possibilitar transacções mais ou menos grandes entre os agentes económicos locais de forma rápida, eficaz e segura. Estão definitivamente para trás os dias em que o Secretário de Estado tinha que carregar o seu jipe de caixas de dinheiro para pagar as despesas de uma campanha numa localidade distante. Da mesma forma, as famílias beneficiárias da acção social do Estado podem recebê-la em dinheiro. Mesmo as ajudas alimentares podem ser disponibilizadas desta forma, eliminando a logística, onerosa e consumidora de tempo, e possibilitando aos beneficiários adquirirem no mercado local o tipo de quantidade de géneros que consomem melhor, injectando no processo, dinheiro na economia local. Esses três são factores de inclusão financeira. Há um outro aspecto de importância nada desprezível que tem a ver com a não saída da massa monetária do circuito oficial: ao circular de forma mais digital que física, os dinheiros passam a não sair do controlo do sistema financeiro nacional. O que vai eliminar um dos maiores problemas com que se tem deparado nos últimos anos.

É por essas e outras razões que fiquei particularmente entusiasmado quando os serviços financeiros móveis arrancaram. Bem-haja à UNITEL e à Huawei, e faço votos que os serviços se expandam o mais rapidamente possível a todos os cantos do país. Encorajo e faço votos que os serviços sociais, comerciais, pequenas indústrias e até o Ministério das Finanças – no tocante aos pagamentos dos funcionários públicos e pensionistas – não hesitem em usar este serviço, de forma a potenciá-lo e assim trazer para mais perto dos cidadãos menos desfavorecidos, e não só, os benefícios dos serviços financeiros formais.

NÚMEROS DA SEMANA

100

Denúncias que chegam, em média, diariamente à Igae, segundo o inspector-geral, Sebastião Gunza.

2

Mil milhões USD montante investido na reabilitação do Caminho-de-Ferro de Benguela, segundo o ministro dos Transportes, Ricardo d'Abreu.

509

Balcões únicos de atendimento ao público que vão assegurar o registo eleitoral, segundo o ministro da Administração do Território, Marcy Lopes.

60

Mil Litros de combustível que foram apreendidos pela polícia por alegada tentativa de contrabando.



EM AGOSTO Índice de preços aumenta 2,3%

O índice de Preços de Consumo Nacional registou, em Agosto, uma variação de 2,13% face ao mês de Julho, um resultado positivo que representa uma aceleração de 0,03 pontos percentuais. Homologamente, Agosto 2020 e 2021, o índice apresentou uma aceleração na variação de 0,30 pontos percentuais.

Zaire registou a taxa de variação mais acentuada com 2,31%, seguindo-se Luanda, Lunda-Norte e Huambo com, respectivamente, 2,30%; 2,30% e 2,21%. Seguiu-se o Kuando-Kubango com 2,11%. Na posição oposta aparecem Bié (1,93%), Moxico (1,96%), Cunene (1,97%), bem como os Kwanzas Norte e Sul com 1,98% cada um.

Os dados constam da Folha de Informação Rápida, apresentada esta segunda-feira (13) pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), documento que, desde Janeiro, apresenta uma nova estrutura de ponderação circunscrita no aumento de 370 bens e serviços para um total de 732 itens.

Segundo o INE, esta nova mudança impactou na estrutura de ponderação, o que permitiu agregar, nas classes de produtos, alterações nos respectivos pesos. A 'alimentação e bebidas não alcoólicas' passou de 47,11 para 55,67; a 'habitação, água, electricidade e combustíveis' passou de 10,77 para 5,38, enquanto o 'vestuário e calçado' passou de 6,39 para 3,55.

DE 6 DE AGOSTO A 13 DE SETEMBRO

Fitch e Standar&Poor`s mantêm rating, mas Moody's melhora

Angola acolheu, recentemente, as missões das principais agências de rating (Standard and Poor's, Fitch e Moody's), na sequência da avaliação anual do risco soberano com a Moody's a melhorar a classificação da notação de risco de Caa1 para B3, mantendo uma perspectiva estável. Uma avaliação que acontece depois de, em Agosto de 2020, anunciar a desceda do rating de longo prazo, em moeda local e estrangeira, para Caa1, com perspectiva "estável". Já a Standard & Poor's manteve a notação de risco em Ccc+ com uma perspectiva estável e a Fitch manteve a classificação em Ccc, igualmente com perspectiva estável, o mesmo indica-

dor apresentado em 2020.

Embora a Fitch não atribua uma "perspectiva" ou modificadores para soberanos, nesta categoria, o rating triplo C significa que, ainda que a economia continue vulnerável a choques externos, é considerado baixo o risco de incumprimento no horizonte de rating de dois anos. Esta agência chegou a colocar o tecto de Angola em B-, elevando um degrau comparativamente ao rating de longo prazo, justificando a decisão com a baixa probabilidade do controlo do câmbio e outras medidas que diminuiriam a capacidade do sector privado de ter acesso a divisas ou fazer o pagamento de dívidas.

Entretanto, o Ministério das Finanças ressalta, em comunicado, a melhoria do perfil do crédito soberano e o reforço da governança das instituições. O

Governo afirma, no documento, que "as agências perspectivam igualmente que a continuidade dos esforços para a manutenção da estabilidade cambial e das Reservas Internacionais, bem como a continuidade do engajamento do Executivo em prosseguir com a consolidação fiscal, melhoria estrutural da gestão da dívida e das finanças públicas continuarão a exercer um impacto positivo de melhoria da notação do risco soberano".

A nota conclui que o Executivo "reafirma o seu compromisso com a estabilidade macroeconómica e com as reformas estruturais em curso, visando a retoma do crescimento da economia numa base mais ampla e inclusiva, a criação de emprego e o bem-estar da população".

